

11 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

CNJ pede que TJ do Paraná explique gastos com pessoal

José Lazaro Jr.

Reportagem Local

Curitiba - O aumento nos gastos com pessoal pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná despertou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para situações semelhantes em outros Estados. No último ano, a Assembleia Legislativa (AL) já autorizou o TJ a abrir 25 vagas de desembargadores e 115 cargos comissionados. Funções gratificadas foram criadas, a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) foi incorporada ao salário dos servidores para fins de aposentadoria e o auxílio-alimentação foi reajustado dois meses seguidos, indo de R\$ 400 a R\$ 710.

A situação chamou a atenção da Corregedoria Nacional da Justiça, cujo conselheiro Francisco Falcão agora requer ao TJ "informações sobre projetos de lei em trâmite na AL, ou aprovados nos últimos 12 meses, que impliquem aumento de despesas". O mesmo pedido será encaminhado aos outros Estados, que deverão também discriminar "a taxa de congestionamento no segundo grau, a produtividade de cada desembargador, o número de processos por gabinete, o número de processos distribuídos por mês a cada gabinete e o número de recursos pendentes de distribuição".

Ontem FOLHA pediu essas mesmas informações ao TJ, mas o Tribunal não repassou nenhum desses dados até o fechamento da edição. O presidente do TJ, Clayton Camargo, também não foi encontrado para comentar a decisão do CNJ. A Justiça Estadual não é obrigada a consultar o Conselho para aumentar suas despesas com pessoal, mas o CNJ pode exigir informações para cumprir sua obrigação legal de fiscalizar o Judiciário. O prazo para o TJ responder ao Conselho é de 15 dias.

Na segunda-feira, os desembargadores do Órgão Especial acataram proposição de Camargo, que pedia aval dos magistrados para solicitar aos deputados estaduais a criação de vagas para servidores efetivos em diversas áreas. A proposição ainda não chegou na AL.

11 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Advogados apresentam hoje defesa da médica Virgínia

Curitiba - Os advogados da médica Virgínia Helena Soares de Souza apresentam hoje, ao Tribunal do Júri, em Curitiba, a defesa em relação às sete mortes citadas na denúncia feita pelo Ministério Público do Paraná (MPPR) no dia 15 de março. Ela foi denunciada por sete homicídios duplamente qualificados praticados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Geral do Hospital Evangélico, além de formação de quadrilha junto com outras sete pessoas.

O advogado Elias Mattar Assad antecipou ontem que também vai pedir ao juiz que analisa o caso a retirada do processo de todas as gravações utilizadas como provas e vai questionar os erros de transcrição das ligações durante as investigações realizadas pelo Núcleo de Repressão de Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), da Polícia Civil.

"O Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu em outros casos que gravações telefônicas feitas com base em denúncia anônima não são válidas. Vamos alegar isso. Sem contar os erros verificados na transcrição dos áudios", ressaltou o advogado.

A defesa da médica também informou que vai pedir ao juiz do Tribunal do Júri a produção de novas provas técnicas e testemunhais, e deve ouvir médicos intensivistas, farmacólogos, bio-éticos, entre outros profissionais. Ele ainda rebateu as informações contidas num levantamento feito pelo Instituto de Criminalística da Polícia Civil, que apontou indícios de antecipação de mortes em 317 pacientes que teriam recebido um coquetel de remédios e foram a óbito no mesmo dia. Este levantamento foi encaminhado para o MPPR, que continua analisando o documento.

"Não existe prova de fato criminoso. Estas trezentas e poucas mortes poderiam ter ocorrido em UTI de qualquer parte do mundo. Toda medicação prescrita é indicada pela literatura médica", afirmou Assad.

1 1 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Ato público hoje

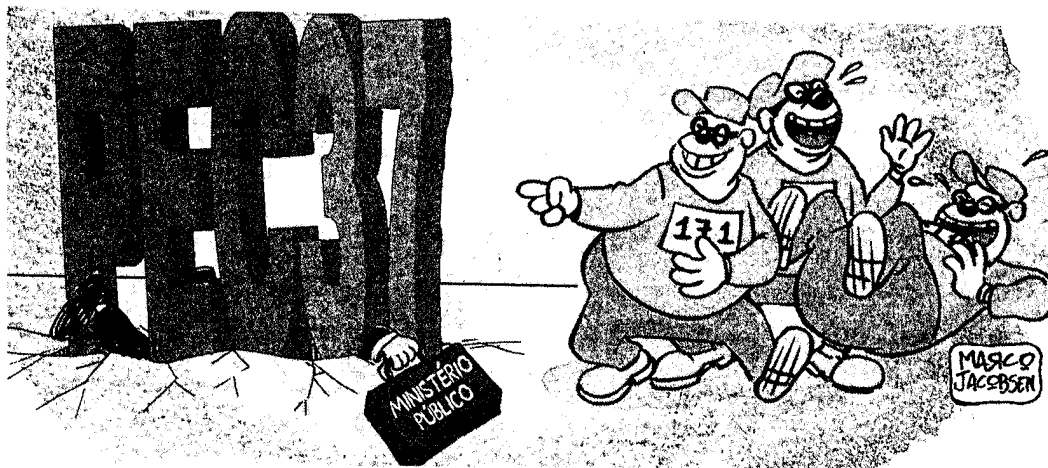
Acompanhando mobilização nacional, o Ministério Público (MP) em Londrina organiza hoje na cidade, às 10 horas, um ato público contra a PEC 37, que retira do MP o poder investigatório na área criminal. O ato público ocorre no auditório do Sindicato do Comércio Varejista de Londrina (Sincoval), localizado na rua Parigot de Souza, número 220, próximo ao Fórum Eleitoral.

OPINIÃO DO LEITOR

Ministério Público e Gaeco

Um delegado acusado de corrupção foi preso em Apucarana e a PEC 37 pretende tirar do Gaeco e do Ministério público a condição de investigação deixando esta obrigação e dever às polícias. Imagine como seria neste caso? Você acredita que a Polícia Civil investigaria a própria polícia? Seria o mesmo que deixar a raposa cuidar do galinheiro e assim nunca saberíamos deste crime. Assine o abaixo-assinado e seja contra a extinção do poder de investigação do Ministério Público.

CARLOS ALBERTO MORILLAS ZAPATA (comerciante) - Londrina



11 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA MP pede prisão preventiva de oito ligados a construtora

Londrina - O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina pediu ontem a prisão preventiva do dono da construtora Iguazu do Brasil, Carlos Alberto Campos de Oliveira, e de mais sete pessoas ligadas à empresa, suspeitos de estelionato, formação de quadrilha e falsidade ideológica no comércio de imóveis residenciais. Oliveira, que é ex-prefeito de Mandaguari (Região Metropolitana de Maringá), e mais dois já estão presos temporariamente.

Um gerente de vendas da Iguazu, que está foragido, e mais quatro nomes foram incluídos no pedido. O promotor Jorge Barreto afirma que o delegado do Gaeco, Alan Flore, fez a representação e o Ministério Público concordou com o pedido. Os três que estão presos tiveram a prisão temporária decretada por cinco dias no último dia 1º e prorrogada por mais cinco. Até o início da noite de ontem não havia resposta da Justiça ao requerimento.

O Gaeco investiga a Iguazu por irregularidades na comercialização de imóveis residenciais em ao menos 12 condomínios de Londrina, depois de atender denúncia feita por pessoas que venderam terrenos ou compraram casas da construtora. Com sede em Maringá, a empresa não teria feito pagamento integral por terrenos adquiridos

e vendido casas sem licença para loteamento na prefeitura. Ainda, a apuração apontou que os responsáveis formais pela Iguazu eram o caseiro e a empregada de Oliveira. Os dois chegaram a ser presos, mas foram soltos no mesmo dia porque disseram que assinavam documentos sem ler, a pedido do patrão, e Flore entendeu que eles foram manipulados.

Segundo contas do grupo formado pelos clientes da Iguazu, mais de 600 pessoas foram afetadas e o prejuízo passa de R\$ 60 milhões. A Promotoria de Defesa do Consumidor conseguiu o sequestro de bens de seis envolvidos no caso, para tentar garantir o ressarcimento das vítimas. As obras dos condomínios também estão paradas porque 75 funcionários estão sem receber os salários do mês passado. Os empregados tentam conseguir a rescisão contratual com a construtora na Justiça.

INFORME

Insulto e multa

Após insultar um cidadão que vasculhava seu contracheque do Senado, com base na Lei de Acesso à Informação, uma servidora pública foi multada pela Justiça a doar 10% do seu salário para uma entidade de caridade. O "bisbilhoteiro" que moveu a ação também é servidor público, Wesley Machado, lotado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O caso foi noticiado pela entidade Contas Abertas. A servidora que xingou Machado por email tem 60 dias para destinar R\$ 1,5 mil para o Hospital Universitário de Brasília.

1 1 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Fux: 'Ministro não polemiza com réu'

Condenado por mensalão, José Dirceu diz que houve assédio moral e promessa de absolvição por parte de ministro do STF

Brasília - O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que não polemiza com réu de processo criminal. A declaração foi uma reação à entrevista concedida pelo ex-ministro José Dirceu, condenado há mais de dez anos de reclusão por envolvimento com o mensalão. Na entrevista veiculada pelo jornal Folha de S.Paulo e pelo portal UOL, Dirceu afirmou que Fux teria dito que o absolveria. Ele também disse que o ministro teria praticado assédio moral. Na época, Fux estava em campanha por uma vaga no STF. "Ministro do Supremo não polemiza com réu", respondeu Fux ontem.

Responsável pela acusação contra os mensaleiros, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, disse que as declarações de Dirceu não merecem crédito. "São denúncias, que, em princípio, não merecem qualquer crédito", afirmou. "A história do ministro Fux é uma história de honradez. E o mesmo não se pode dizer de quem o acusa", acrescentou.

Para o procurador, o objetivo de Dirceu seria atingir a credibilidade do julgamento. "Acho que, mais uma vez, o que se procura

é prejudicar a honorabilidade do julgamento realizado pelo Supremo. Acho que ele vai continuar sempre tentando mostrar ou acusar o julgamento de ter sido tendencioso, quando, na verdade, tivemos um julgamento exemplar", concluiu.

O ministro Marco Aurélio Mello afirmou que as declarações de José Dirceu desgastam o tribunal, porém não têm capacidade de prejudicar o julgamento. "É tudo muito lamentável", disse. "Desgasta o Supremo", completou.

Dirceu foi condenado pelo STF por corrupção ativa e formação de quadrilha. A decisão deverá ser publicada oficialmente nos próximos dias no Diário da Justiça. Após a publicação, os condenados terão um prazo de cinco dias para apresentar recursos. Dificilmente esses recursos serão julgados neste semestre, como havia previsto o relator do processo e presidente do Supremo, Joaquim Barbosa.

CLÁUDIO HUMBERTO

Corda para enforcado

pela presidenta Dilma, o ministro Fux confirmou o encontro com José Dirceu, mas negou a promessa de absolvição. Jurista brilhante, deu a corda para o chefe dos mensaleiros se enforcar.

11 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Maioridade penal

Tanto se fala a respeito da maioridade penal, que se o adolescente pode votar, também pode se responsabilizar sobre seus atos, que este país é uma vergonha etc. A primeira reação que temos quando vemos uma notícia de adolescentes roubando, matando, assaltando é de nos indignar e querer justiça. Até mesmo se possível com as próprias mãos. Portanto, é de consenso de uma parte da população que devemos responsabilizá-los punindo-os como se fossem adultos.

Mas, ao mesmo tempo, não vejo compaixão, muito menos preocupação da população em geral em relação aos adolescentes em situação de risco, envolvido com drogas. Não estou falando em dar esmola ao pobre, e sim em transformação desses meninos. Mesmo porque o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diz que: "É dever do Estado da família e da sociedade, dar garantia de vida, esporte, lazer, educação à criança e ao adolescente".

É muita hipocrisia fingir que o problema não existe. Nossos adolescentes estão sendo dizimados, e diminuir a maioridade para 16 anos vai fazer com que os traficantes usem crianças mais novas para o seu intuito ilícito. A falha está desde o início quando essa criança está na barriga da mãe. Depois na creche, depois no ensino fundamental e médio. A falha está nas igrejas que deveriam cumprir ações mais concretas contra a exclusão social, e também está na sociedade que acha que já paga os seus impostos, e está fazendo a sua parte. E, por fim, da família desestruturada por todos esses elementos elencados acima.

E o que nós cidadãos estamos fazendo?

Você que está lendo este artigo, arregace as mangas, saia da sua zona de conforto e faça a diferença: se junte a nós no fortalecimento da criança e do adolescente e ajude Londrina a sair dessa situação grave de drogas, tráfico, etc.

Uma sugestão aos legisladores: ao invés de diminuir a maioridade penal, vamos triplicar a pena e sem direito a fiança ao adulto que estiver envolvido com alguma criança e ou adolescente em crimes, drogas e assaltos.

ALDO PEDALINO é diretor da
Associação Mãos Estendidas de Londrina

1 1 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Esquema era 'espécie de lavanderia de dinheiro'

Para MP e Receita Federal, há indício de acúmulo patrimonial entre suspeitos detidos na operação Jolly Roger

Londrina - Após a desarticulação de um esquema de corrupção em Apucarana (Centro-Norte), que resultou na prisão do delegado chefe da 17ª Subdivisão Policial, Valdir Abrahão, dois policiais civis e um militar, na noite de terça-feira, a operação Jolly Roger ganhou um novo desdobramento.

Em entrevista coletiva ontem na sede do Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), foram revelados novos indícios de um grande sistema de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Na quarta-feira, o Gaeco, em parceria com a Receita Federal, visitou 14 empresas de Apucarana e apreendeu documentos que indicam as supostas atividades ilícitas.

"Foram apreendidos diversos documentos com movimentação de faturamento de venda e compra de imóveis. Além disso, em algumas empresas verificamos o uso de diversos cheques de valores expressivos, utilizados como moeda corrente. Esses cheques só eram depositados posteriormente, em operações não de interesse da empresa e sim para a compra de imóveis", disse o delegado da Receita Federal em Londrina, Luiz Fernando Costa, sem quantificar valores.

A Receita Federal em parceria com o MP está apurando

todos os indícios, mas Costa garante que haverá uma autuação em cima dos envolvidos, seja pessoa física ou jurídica. O promotor do Ministério Público (MP), Cláudio Esteves, definiu os fatos como "uma espécie de lavanderia de dinheiro", ao observar que a prática tem sido detectada em várias empresas.

"Há indicativos de acúmulo patrimonial muito elevado. Com um dos indivíduos investigados foram apreendidos contratos de aquisição de ao menos 40 imóveis e em uma empresa foram encontrados R\$ 2 milhões em cheques que estavam para ser vencidos nos próximos dias. Estamos agora em uma fase sequencial da investigação, que se iniciou com a corrupção, mas que agora tem um desdobramento importante com relação à lavagem e eventual sonegação fiscal", ressaltou.

Ainda segundo o promotor, a ideia agora é ter um relato dos bens e imóveis adquiridos de forma ilícita "para pedirmos um sequestro dos mesmos, visando um futuro ressarcimento da sonegação fiscal praticada e eventual perda em virtude da lavagem de dinheiro que possa ser constatada".

Prisões preventivas

O promotor Cláudio Esteves comenta que a motivação das prisões preventivas é a "da garantia da ordem pública, da conveniência da instrução criminal e também da própria

conveniência relativa à ordem econômica".

Em relação à prisão do delegado Valdir Abrahão, ele comenta que foi resultado das declarações de empresários prestadas ao MP. Durante a entrevista, Esteves revelou que um dos empresários afirmou que teria combinado com um policial que ele seria previamente avisado das fiscalizações em seu estabelecimento.

"Com isso, ele poderia retirar a tempo qualquer objeto ilícito que estivesse em seu poder. Outros detalhes estão sendo preservados para não atrapalhar a investigação", declarou.

Ao todo, 24 pessoas foram presas e foram cumpridos 46 mandados de busca e apreensão. Um suspeito, irmão do proprietário de três empresas em Apucarana, permanece foragido. Quanto ao cabo da Polícia Militar, detido na sede do 5º Batalhão, o promotor comenta que ele teria envolvimento nos fatos por prestar serviços a um dos empresários.

CONTINUA

1 1 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Para Esteves, resultado da ação mostra a importância do poder de investigação do Ministério Público, que pode ser barrado se a PEC 37 for aprovada. "A operação é um indicativo mais do que concreto que a PEC 37 seria absolutamente trágica em desfavor da apuração desses ilícitos que ocorrem neste momento. Tanto a corrupção policial quanto os indícios de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro estariam extremamente prejudicados, tendo em vista que o MP não poderia estar à frente da investigação, como foi o caso", comentou.

A Corregedoria Geral da Polícia Civil informou que irá aguardar o desenvolvimento das investigações do Ministério Público (MP) para tomar novas posições em relação à prisão do delegado Valdir Abrahão e de dois policiais civis.

11 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» DISCRIMINAÇÃO

Pais exigentes dificultam adoção

A lista de crianças à espera de uma família é formada principalmente por negras e maiores de 2 anos, características que não interessam à maioria dos casais pretendentes

Diego Antonelli

Na teoria, faltariam crianças para serem adotadas em todo o país. O Brasil tem cinco vezes mais casais que desejam ser pais adotivos do que crianças aptas a serem encaminhadas a essas famílias. Mas na prática a história é outra. Grande parte dos pretendentes prefere crianças brancas e 54% desejam crianças de até 2 anos de idade. Na contramão dessa vontade, 66% dos meninos e das meninas que esperam ser adotados são negros ou pardos e só 2,5% têm até 2 anos.

O país conta com 29.164 pretendentes a adotar inscritos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), enquanto 5.465 crianças ou adolescentes estão à espera de uma nova família. No Paraná, a proporção é semelhante. São 3.755 pretendentes e um total de 640 crianças.

Segundo o coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos

Humanos, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, os pais fazem restrições quanto à idade porque a maioria das crianças mais velhas trazem lembranças da família biológica e do tempo em que ficaram em unidades de acolhimento.

Em todo o país, a proporção de pretendentes que preferem crianças com 2 anos é de 20%. Já para crianças com 10 anos, por exemplo, o índice cai para 0,65% (veja infográfico). Olympio de Sá Sotto Maior Neto, um dos relatores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), afirma que não raras vezes os casais descrevem, inclusive, qual deve ser o biotipo dos futuros filhos.

Irmãos

O quadro se torna ainda mais grave quando se considera o número de pessoas que aceitam adotar irmãos: apenas 19%, contra 81% que não aceitam. Além disso, apenas 17,5% adotariam duas crianças e menos de 0,8% aceitariam três crianças. “O ideal é sempre manter o grupo de irmãos”, ressalta Neto. Segundo o CNA, somente 23% das crianças disponíveis para adoção não têm irmãos.

O desembargador Lauro Melo, do Tribunal de Justiça do Paraná, confirma que a maioria das crianças aptas à adoção não corresponde ao perfil requerido pelos pais brasileiros. “Após muito trabalho, um dia mudaremos esse cenário, conseguindo a adoção de crianças maiores pelos nossos pretendentes. Mas

para isso é necessário investir em treinamentos e cursos de capacitação para pais adotivos, o que vem ocorrendo no Paraná desde 2001, quando foram criados cursos com o acompanhamento do Poder Judiciário”, declara.

Para Eliana Salcedo, presidente da ONG Recriar, entidade que auxilia pessoas interessadas em adotar, não é a burocracia que deixa tantos candidatos aguardando a adoção. “Nem sempre há o perfil da criança que os pais desejam. A gente trabalha para que as pessoas amadureçam, mas muitas sonham em passar pela maternidade e paternidade enquanto as crianças ainda são bebês”, salienta.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

PERFIL CONTINUAÇÃO

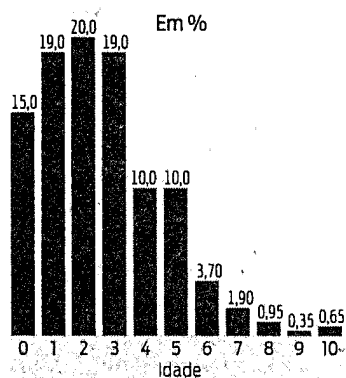
11 ABR 2013

O Brasil possui cinco vezes mais casais que desejam adotar do que crianças aptas a serem adotadas. O problema é que grande parte prefere crianças brancas e 54% desejam adotar crianças de 0 a 2 anos de idade. Na contramão da vontade dos pretendentes, 66% das crianças disponíveis para adoção são negras ou pardas e apenas 2,5% têm entre 0 e 2 anos. Veja números do Brasil:

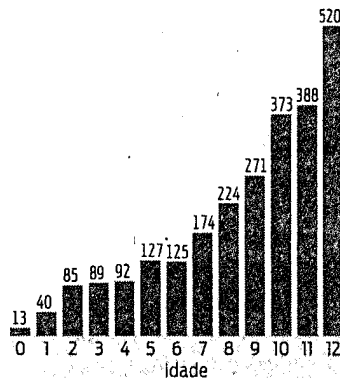
PRETENDENTES
CADASTRADOS **29.164**

MENORES
CADASTRADOS **5.465**

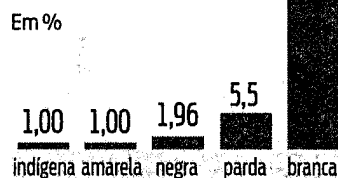
Preferência por idade, aceitam crianças com:



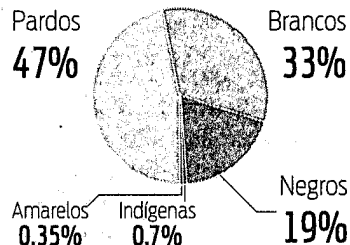
Por idade números absolutos



Preferência por cor. Aceitam somente crianças:



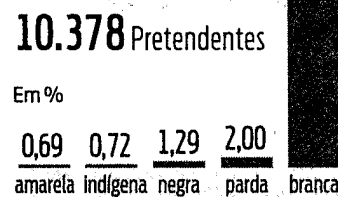
Por cor



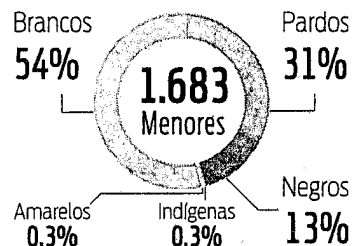
REGIÃO SUL

A maioria das crianças e adolescentes inscritos no Cadastro Nacional de Adoção são brancas. Mas chama a atenção o fato de apenas 3% dos pretendentes aceitarem crianças negras ou pardas.

Preferência por cor. Aceitam somente crianças:



Crianças e adolescentes cadastrados por cor



PARANÁ

Na teoria, existem quase seis vezes mais casais que pretendem adotar do que crianças aptas a serem adotadas.

3.755 Pretendentes

640 Crianças para adoção

Fonte: Cadastro Nacional de Adoção – Conselho Nacional da Justiça.
Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

11 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

FAMÍLIA FELIZ

Casal derrubou empecilho da idade e adotou casal de irmãos nordestinos

Quando os irmãos Mariana e Mariano estavam sendo levados para o Lar Maná, na zona rural de Olinda (Pernambuco), em novembro de 2010, o casal Luiz Antônio, 51 anos, e Sílvia, 38, começou a frequentar cursos em Curitiba para interessados em adotar. As crianças, abandonadas pela mãe, moraram no abrigo até julho de 2012, quando o destino os uniu ao casal de advogados.

Até então, a vontade era adotar uma criança com menos de 2 anos, como a maioria sozinha. "Fomos amadurecendo a ideia e ao longo de uma entrevista optamos por adotar crianças de 2 a 7 anos, que poderiam ser negras ou brancas e também irmãs", afirma. Enquanto isso, os funcionários do Lar Maná se esforçavam para achar pretendentes que aceitassem Mariano e Mariana,

de 6 e 5 anos, respectivamente, e pele negra.

Após realizarem os cursos, Luiz e Sílvia entraram para o Cadastro Nacional em janeiro de 2012. Depois de alguns meses sem retorno algum do Poder Judiciário do Paraná, ele recebeu uma ligação surpreendente de Olinda. "A moça me contou a história das crianças. Conversei com minha esposa e depois de refletir por um bom tempo decidimos que em julho iríamos para lá", diz. A partir daí já começaram a trocar e-mails, enviando fotos e mensagens a Mariana e Mariano.

Ao chegarem a Olinda, saindo de um frio de quase 30°C da capital paranaense para uma cidade onde a temperatura beirava os 30°C, foram conhecer os futuros filhos. "Eles já estavam nos chamando de pai e mãe. Parecia que nos conhecíamos de longa data. Conseguimos a guarda provisória e a adoção foi concretizada em janeiro deste ano." (DA)

REGRAS

Veja quais são os passos e pré-requisitos para quem deseja adotar:

» Qualquer adulto maior de 18 anos pode se tornar pai adotivo, desde que seja pelo menos 16 anos mais velho do que o adotando e procure a Vara de Infância e Juventude do seu município.

» O curso de preparação psicossocial e jurídica para adoção é obrigatório. A partir do laudo da equipe técnica da Vara e do parecer emitido pelo Ministério Público, o juiz decide se a pessoa pode participar do Cadastro Nacional.

» A partir daí deve-se aguardar até aparecer uma criança com perfil compatível com o fixado pelo pretendente durante a entrevista técnica.

Fonte: CNJ

Adoção deve ser sempre a última opção

■ O coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, ressalta que colocar uma criança para adoção deve ser sempre uma exceção. A regra é esgotar todas as fórmulas possíveis para mantê-la no seio familiar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, determina que as crianças têm o direito de serem criadas na família de origem. "A carência material não pode ser motivo único para a destituição do poder familiar, como ocorria antes", salienta o procurador.

Em casos de abandono e violência física ou sexual, os pais podem ter a guarda suspensa de forma temporária e a criança é encaminhada a um abrigo. "Temos a perspectiva de superar as anomalias na relação familiar. Caso não seja possível com os pais, a preferência é para que a criança seja criada por outros membros da família", afirma. (DA)

CONTINUA

1 1 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



Luiz Antônio com os filhos, Mariana e Mariano:
adoção dos irmãos pernambucanos foi concretizada em janeiro deste ano.

11 ABR 2013

GAZETA DO POVO

INVESTIGAÇÃO

Audiência pública vai discutir em Curitiba adoções suspeitas

■ A CPI do Tráfico de Pessoas da Câmara dos Deputados decidiu ontem que membros da comissão farão uma visita a Curitiba na próxima semana para debater o assunto em audiência pública. Estão programados depoimentos de pais biológicos de crianças adotadas e de representantes do Ministério Público e da Polícia Federal. O evento será na quinta, às 9 h, na Assembleia Legislativa. Ontem, Adelino Souza, apontado como representante da Limiar, ONG suspeita de intermediar adoções internacionais irregulares, foi ouvido pela Polícia Federal.

11 ABR 2013

GAZETA DO POVO

EVANGÉLICO

Defesa de médica quer tirar gravações do processo sobre mortes

Os advogados de Virgínia Soares de Souza, acusada de acelerar a morte de pacientes da UTI Geral do Hospital Evangélico, em Curitiba, vão questionar a Justiça sobre os meios de obtenção das provas e sobre os erros de transcrição nas ligações gravadas durante as investigações. Os defensores apresentam hoje a defesa da médica em relação às sete mortes citadas na denúncia do Ministério Público do Paraná (MP-PR) e aceita pelo Tribunal de Justiça em 15 de março. "Uma das matérias que eu vou alegar é que a gravação telefônica não pode ser feita com base em denúncia anônima. O Supremo Tribunal Federal já decidiu recentemente a favor disso", afirmou Elias Mattar Assad, defensor de Virgínia.

11 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» PEC DA IMPUNIDADE

Entidades internacionais condenam proposta que tira investigação do MP

Desde que teve início a campanha Brasil Contra a Impunidade — que pede a rejeição da Proposta de Emenda à Constituição 37/2011, a PEC da Impunidade —, as associações nacionais representativas dos membros do Ministério Público brasileiro vêm recebendo apoio de várias entidades internacionais.

A PEC 37, que tramita no Congresso, quer retirar o poder de investigação do Ministério Público e de outros órgãos, tornando-o restrito aos delegados das polícias Federal e Civil. Representantes de instituições renomadas de todo o mundo já se manifestaram contra a PEC.

Steven Jansen, vice-presidente da Association of Prosecuting Attorneys — entidade representativa de procuradores e promotores federais, estaduais e municipais dos Estados Unidos — afirmou que os membros do Ministério Público americano participam da investigação criminal em seu país e ressalta que a presença do órgão no processo garante a aplicação da lei.

Princípio básico

Para o presidente da Associação dos Procuradores da Província de British Columbia, no Canadá, Stephen K. Fudge,

PEC 37, que limita poderes do Ministério Público, é apontada por organismos internacionais como prejudicial ao país

“o princípio de que as pessoas investidas com autoridade nunca devem investigar a si mesmas nem controlar quem as investiga é um elemento essencial de qualquer sistema jurídico baseado no Estado de Direito”.

Fudge avalia que a PEC 37/2011, conforme descrita, prejudicaria claramente esse princípio básico. “Nós nos juntamos a vocês para instar o Congresso Nacional a rejeitar esta mudança legislativa”, declarou. O procurador da Coroa de Queensland na Austrália e membro do Comitê Executivo da International Association of Prosecutors, Salvatore Vasta, declarou-se “chocado e triste” com o que ouviu e leu sobre a proposta. Segundo ele, até agora o Brasil tem sido visto internacionalmente como um farol da noção de independência do Ministério Público.

COLUNA DO LEITOR

Poder de investigação do MP

Sou a favor de que o Ministério Público faça investigações, mas, quando ela caracterizar personalidade, abuso de poder e ficar claro a litigância de má-fé, o promotor responsável deve ser responsabilizado pelos seus atos. Quero que o MP seja punido quando cometer abuso e destruir a vida das pessoas. Hoje, a independência funcional dos promotores do MP ultrapassa os limites do aceitável e a Polícia Civil arca com seus erros.

Renato Camilo de Carvalho, Coromandel — MG

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PARANÁ

11 ABR 2013

Manifestações contra PEC chegam a vários municípios do interior

Dando continuidade à semana de manifestações do Ministério Público do Paraná contra a aprovação da PEC 37, foram realizadas mobilizações ontem em Maringá, Ponta Grossa e Cascavel. Hoje acontecem atos públicos em Londrina e Foz do Iguaçu.

Além de conscientizar a população sobre as implicações da PEC, o objetivo das manifestações é coletar assinaturas contra a aprovação da proposta. Em Londrina, o ato que acontece a partir das 10 horas deve reunir os 29 promotores da cidade, representantes de sindicatos, associações de classe e de bairros, igrejas, vereadores e o prefeito Alexandre Kireeff (PSD). Segundo o coordenador das promotorias de 30 comarcas da região, Miguel Sogaier, o maior prejuízo da PEC 37 será no combate à corrupção, já que a polícia não tem estrutura para esse tipo de investigação. "Os políticos corruptos se beneficiam dessa PEC, porque não serão mais incomodados pelo Ministério Público. O julgamento do mensalão, mesmo, não aconteceria. Apesar de a Polícia Federal ter feito um excelente trabalho, as investigações foram continuadas pelo MP".

Assinaturas

Em Maringá, centenas de representantes de entidades se reuniram ontem na Câmara Municipal para a elaboração da Carta de Maringá, que será encaminhada ao Congresso Nacional pedindo a rejeição da PEC 37. Em Ponta Grossa, estagiários do MP saíram às ruas coletando assinaturas e distribuindo panfletos.

GAZETA DO POVO

DORA KRAMER

Data venia...

11 ABR 2013

Com todo respeito que as maneiras do ministro Joaquim Barbosa não fazem por merecer, o presidente do Supremo Tribunal Federal está confundindo assertividade com grosseria. Para usar um lugar comum: autoridade com autoritarismo.

Acerta quando lança à luz mazelas do Judiciário: lobby junto a políticos para obter promoções, conluíus entre advogados e juízes, patrocínios indevidos a viagens e encontros de magistrados, excessos em gastos, corporativismo, exorbitâncias sabidas e presumidas que a ministra Eliana Calmon quando corregedora do Conselho Nacional de Justiça já começara a denunciar publicamente com a rubrica "bandidos de toga".

O presidente do STF, contudo, comete incorreção tática ao se portar como palmatória do mundo em repetidas demonstrações de que acredita no seguinte preceito: se diz o certo, tem a liberdade de fazê-lo como bem entende, até na forma de afronta à urbanidade.

Seus desvarios de temperamento produziram momentos desconfortáveis durante o julgamento do mensalão e prestaram-se ao uso do sofisma segundo o qual o STF se conduziu como um tribunal de exceção referido na sanha do clamor popular, ao arripio da Constituição e da jurisprudência.

Agora as patrulhas da manipulação voltam a se assanhar por causa de uma reunião entre o presidente do STF e representantes de associações de magistrados acerca da aprovação de emenda constitucional criando quatro novos tribunais regionais federais.

São necessários? Há controvérsias e argumentos consistentes de ambos os lados, mas o debate de conteúdo acabou se per-

dendo e a atenção desviada para os termos com que Joaquim Barbosa levou a discussão.

O ministro abriu a reunião à imprensa e até aí tudo certo. Não fosse a impressão de que o fez movido pelo afã de alimentar a imagem de santo guerreiro que a todos enfrenta com destemor.

Não precisava praticamente mandar os interlocutores calarem a boca nem constrangê-los com sua posição hierárquica e pretendida superioridade moral. Deu margem a que reagissem como vítimas agremiações que de coitadinhas não têm nada. Bastava argumentar.

Inclusive porque há fatos de sobra a corroborar a justeza dos combates a que se propõe Barbosa. A suntuosidade exorbitante dos edifícios de certos tribunais é o mais evidente e comezinho deles.

Outro: a via-sacra de juízes aos gabinetes de políticos em busca de influência para conseguir promoções. Pergunte-se a ministros, senadores, deputados ou governadores como se dá essa prática e as respostas sustentarão a crítica que Joaquim Barbosa faz ao recurso da politicagem no meio judicial.

Há uma caixa-preta no Judiciário? Não resta dúvida. É necessário alguém de coragem, legitimidade funcional e identificação social para tocar nas feridas? Certamente. Barbosa reúne esses atributos? Em tese, sim.

Mas, na prática, talvez. A rudeza do grito além de má conselheira é companhia das mais traiçoeiras.

“O presidente do STF está confundindo assertividade com grosseria. Para usar um lugar comum: autoridade com autoritarismo.”

11 ABR 2013

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

Candidatos a procurador se dizem favoráveis à criação de tribunais

Os candidatos a procurador-geral da República concordam com a criação de novos tribunais regionais federais. Para eles, trata-se de uma medida que incentiva a "interiorização" da Justiça Federal. Na semana passada, o Congresso aprovou uma Proposta de Emenda à Constituição que cria quatro tribunais nas cidades de Curitiba, Belo

Horizonte, Salvador e Manaus. Atualmente, a Justiça Federal conta cinco tribunais. A aprovação da PEC gerou polêmica que opôs o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, e as associações de juízes. A criação das cortes deve obrigar o Ministério Público Federal a estruturar novas procuradorias regionais e abrir mais cargos. Os subprocuradores Deborah Duprat, Ela Wiecko, Sandra Cureau e Rodrigo Janot concorrem para ocupar o lugar de Roberto Gurgel, que deixará seu cargo em agosto.

TRF

COLUNA DO LEITOR

O governo incha o Estado com uma serenidade incrível e por isso é bom ouvir o ministro Barbosa (**Gazeta**, 10/4). O Judiciário há décadas se locupleta com salários altos, férias diferenciadas, pagamentos retroativos, aposentadorias integrais e outros benefícios. Acharia ótimo o novo Tribunal Regional Federal no Paraná, mas não vejo como é possível arcarmos com mais isso em uma economia praticamente estagnada e com a carga tributária no limite.

Herbert Richert, engenheiro mecânico

PETRÓLEO

Gurgel defende nova lei dos royalties só a partir de 2016

Em parecer sobre a nova Lei de distribuição dos royalties enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) na terça-feira, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pede a confirmação da liminar proferida pela ministra Cármen Lúcia, que suspendeu os efeitos da norma. Ele defende que os ganhos devem ser repartidos por toda a sociedade brasileira, mas a partir

de 2016. A ministra concedeu a liminar em março a partir de uma Adin apresentada pelo governo do Rio de Janeiro, um dos estados mais atingidos pelas alterações. Para Gurgel, "modificar, a essa altura, a distribuição que foi estabelecida, levando-se em conta o arranjo que deu origem ao regramento constitucional, seria ignorar o propósito do constituinte". Pelo parecer, a modificação legislativa desequilibra uma distribuição de receitas pensada de forma justa e proporcional aos ônus de cada ente da Federação.

1 1 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» AUTORIDADES

Supremo extingue sigilo do nome de investigados

95%

das denúncias ao STF são rejeitadas, o que levou quatro ministros a votarem contra o fim do sigilo.

¶ Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de ontem extinguiu a prática que mantinha em sigilo o nome dos investigados em inquéritos criminais que tramitavam na Corte. Por 7 votos a 4, os ministros determinaram que as identidades dos investigados sejam reveladas desde o momento em que o inquérito é protocolado no STF.

De 2010 até agora, quando uma investigação chegava ao Supremo, a autoridade investigada era identificada apenas com as iniciais do nome. O procedimento impedia que se identificasse o deputado, senador ou ministro do Estado suspeito de algum crime. A partir da decisão ontem, quando qualquer pessoa acessar o site do tribunal na internet poderá saber quem está sob investigação.

Mudança

A regra que limitava a identificação dos investigados foi baixada em 2010 pelo então presidente do STF, Cezar Peluso, e foi denunciada pelo jornal *O Estado de S.Paulo*. Antes dessa decisão, os suspeitos eram identificados normalmente. Na sessão, a maioria dos ministros entendeu que o “inquérito oculto” contrariava a publicidade exigida pela Constituição. A medida blindou autoridades que têm direito a foro privilegiado no Supremo.

O ministro Marco Aurélio Mello, um dos primeiros a se manifestar contra o sigilo, afirmou que a medida evitaria inclusive dúvidas sobre a gravidade do crime investigado.

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Bloqueio de bens

11 ABR 2013

A Justiça de São Paulo determinou o bloqueio de bens no valor de R\$ 520 milhões da empresa Eucatex, da família Maluf. A medida foi tomada após pedido do Ministério Público de São Paulo, que apontou uma suposta operação entre empresas do grupo para transferir patrimônio da Eucatex e assim evitar o pagamento de indenizações em caso de futuras condenações contra **Paulo Maluf** nas ações em que ele é apontado como autor de desvios na Prefeitura de São Paulo. Segundo a decisão da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, o requerimento do Ministério Público mostra a "possibilidade de defraudação do patrimônio" da Eucatex, mas a decisão poderá ser alterada caso a empresa demonstre que o bloqueio poderá levar à quebra da companhia.

BESSA

Convidado ilustre

O prefeito Gustavo Fruet dará hoje a palestra "Direito e Política" na abertura do calendário de atividades do Instituto Professor Luiz Alberto Machado. O evento, que faz parte da Semana do Calouro da UFPR, promovida pelo Centro Acadêmico Hugo Simas, começa às 19 horas no Salão Nobre da Federal, na Praça Santos Andrade.

DEPOIMENTO

O delegado-geral da Polícia Civil do Paraná, Marcus Vinicius da Costa Michelotto, foi notificado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público Estadual, a depor nas Investigações da Operação Vortex, que apura a existência de uma rede de extorsão na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV) em Curitiba. Michelotto recebeu a notificação na última sexta-feira, dois dias depois da deflagração da operação. Segundo informações apuradas pela reportagem, o objetivo do depoimento, marcado para amanhã, às 14 horas, seria esclarecer alguns pontos que a investigação do MP apurou até agora. A assessoria de imprensa da Polícia Civil afirmou não saber se o delegado vai ou não ao Gaeco para prestar esclarecimentos.

MP pode denunciar professora que castigou aluno em Dois Vizinhos

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) aguarda a denúncia formulada pelo Conselho Tutelar de Dois Vizinhos, cidade no Sudoeste do Paraná, contra a professora do 3º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Presidente Vargas, Andressa Maciel, acusada de colocar fita adesiva na boca do aluno W.R, de 8 anos, para que ele ficasse quieto durante a aula. O caso aconteceu no dia 3, durante uma aula de Educação Artística e, logo após a denúncia, a professora, que pode ser acusada do crime de tortura, foi demitida. De acordo com a mãe de W.R., a professora alegou que havia perdido o controle da classe. "Ela disse que estava ficando louca de tanto que gritavam na sala", afirmou a mãe.

11 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Acusado por José Dirceu, ministro do STF diz que “não polemiza com réu”

Ex-ministro de Lula, condenado no escândalo do mensalão, disse que Luiz Fux prometeu sua absolvição

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux evitou ontem o confronto com o ex-ministro José Dirceu, dizendo que não responderia às suas acusações porque não “polemiza com réu”.

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, Dirceu afirmou que Fux o “assediou moralmente” quando estava em campanha para ocupar uma vaga no STF e disse que ele prometeu sua absolvição no julgamento do mensalão.

Indicado para o Supremo pela presidente Dilma Rousseff no início de 2011, Fux era considerado pelos petistas voto certo a favor dos réus, mas foi um dos mais rigorosos no julgamento e votou pela condenação de Dirceu.

“Ministro do STF não polemiza com réu”, disse Fux ontem. Ele não quis fazer nenhum outro comentário sobre a entrevista de Dirceu.

Antes de ser nomeado por Dilma, Fux era ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em entrevista concedida à *Folha* no fim do

“Alguém me levou ao Zé Dirceu porque ele era influente no governo Lula.”

Luiz Fux, ministro do Supremo Tribunal Federal, em 2012.

ano passado, ele havia admitido que procurara Dirceu quando buscava apoio para realizar o “sonho” de ir para o STF.

“Fui a várias pessoas de São Paulo, à Fiesp. Alguém me levou ao Zé Dirceu porque ele era influente no governo Lula”, afirmou.

Dirceu foi condenado a 10 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha. A maioria dos ministros do STF concluiu que ele comandou a organização do mensalão para comprar apoio político no Congresso no início do governo do ex-presidente Lula.

O julgamento do mensalão foi concluído no ano passado. O acórdão que resumirá suas decisões e os votos dos ministros devem ser publicados em breve, o que permitirá que réus como Dirceu apresentem recursos para tentar reverter suas condenações.

As acusações de Dirceu causaram constrangimento no tribunal. Colegas de Fux preferiram não falar sobre o caso, alegando não ter lido a entrevista. O úni-

co a se manifestar foi Marco Aurélio Mello.

“Desgasta o Supremo”, afirmou. “Mas não fragiliza o julgamento, porque não se trata de um argumento jurídico. Pelo contrário. Ele [Fux] foi um dos mais rigorosos.”

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ESCOLHA

11 ABR 2013

Oposição levanta suspeita sobre a indicação de Dilma

Enquanto os políticos governistas criticaram e cobraram explicações de Luiz Fux, a oposição levantou suspeitas sobre a indicação ao Supremo feita pela presidente Dilma Rousseff.

"As declarações do ex-ministro nos levam a pensar que isso pode ser uma das suas razões de sua indicação. A situação é mais grave porque estamos às vésperas da indicação de um novo ministro do Supremo que vai participar desse processo [do mensalão]", afirmou o senador Aécio Neves, provável candidato do PSDB à Presidência. Dilma tem avallado nomes para a vaga deixada pelo ministro Carlos Ayres Britto.

O presidente do DEM, senador José Agripino Maia (RN), afirmou que as declarações de Dirceu comprometem "todo o processo de indicação" de autoridades pela presidente da República. "A Dilma o escolheu [Fux] por estar comprometido com os interesses do José Dirceu?".

O líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI), disse que a entrevista do petista não coloca as indicações feitas por Dilma sob suspeita, mas afirmou que o Congresso deve "refletir" sobre o processo de escolha.

Gurgel

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, defendeu a "honradez" do ministro Luiz Fux e disse que as acusações contra ele têm o objetivo de questionar o julgamento do mensalão.

"São denúncias, que, em princípio, para mim não merecem qualquer crédito."

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, disse ser "regra" na nomeação de ministros as visitas a autoridades, sem que isso represente qualquer promessa de votos em favor do réus da Corte no futuro.

"Eu não posso acreditar que um juiz prometa, sem ver os autos, que vai julgar alguém, absolver alguém."

11 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Tribunais sem razão

Magistrados substituem um debate organizado acerca de deficiências da Justiça Federal por bate-boca sobre expansão bilionária do sistema

O quadro geral da Justiça brasileira é conhecido: atulhada de ações e pródiga em medidas protelatórias, não consegue resolver processos com a agilidade e a eficiência que se esperam desse Poder.

Com esse diagnóstico decerto concordam o ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, e os representantes de entidades de juízes que se reuniram com ele na segunda-feira. Daí não decorre que todos estejam de acordo quanto ao remédio a ser administrado ao Judiciário.

Na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou emenda à Constituição para criar mais quatro Tribunais Regionais Federais (TRF) no país —hoje existem cinco. Para as principais associações de magistrados, a solução dos gargalos da Justiça, ao menos na esfera federal, passa por essa medida.

Barbosa discorda, como deixou agressivamente claro ao acusar as associações de atuarem de forma sorrateira na aprovação do projeto e dizer que tais entidades “não representam a nação”.

Sem que se tenham tornado menos reprováveis com o tempo, a desmesura e o destempero do presidente do STF já não constituem novidade. Nem por isso, contudo, lhe tiram a razão nessa matéria.

Comparado com as segundas instâncias das Justiças estaduais

e trabalhistas, esse nível da Federal é o mais sobrecarregado. O número de juízes federais (primeira instância) subiu quase 700%, desde 1988, mas a evolução do quadro de desembargadores (segunda) foi de 90%. A relação desembargador/juiz é de 1 para 15 na Justiça Federal e de 1 para 5 nos ramos estaduais e trabalhistas.

Some-se a isso a justa ponderação de que as cortes federais são de difícil acesso para quem tem menos dinheiro. A 1ª Região, por exemplo, com sede em Brasília, responde por todo o Norte, parte do Nordeste e do Centro-Oeste.

Salvo prova em contrário, nada disso torna os novos TRFs necessários. A Justiça Federal pode se aproximar dos jurisdicionados com câmaras regionais, mecanismo de descentralização previsto na Constituição, mas jamais instituído. A digitalização dos processos pode cumprir, em parte, o mesmo fim, com o benefício adicional de dar celeridade à Justiça.

No quesito lentidão, seria preciso diagnosticar por que cada região —e cada juiz— resolve processos em ritmos diferentes e por que alguns Estados têm, proporcionalmente, mais casos novos.

Seria igualmente oportuno investigar por que o Congresso decidiu criar os TRFs se, de acordo com a Constituição, essa competência é privativa do Poder Judiciário.

Sem responder a essas perguntas, não faz sentido destinar bilhões de reais à estrutura permanente dos novos TRFs. Afinal, não está certo que sejam a cura para os males da Justiça Federal.

1 1 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

O risco do avanço

JANIO DE FREITAS

**O que pode suceder quando
um alvejado por agressões
orais do presidente do
Supremo reagir à altura?**

O RISCO é grande e, pior ainda, crescente. O que pode suceder quando um alvejado por agressões orais do presidente do Supremo Tribunal Federal usar o direito de reagir à altura, como é provável que acabe acontecendo? Em qualquer caso, estará criado um embaraço extremo. Não se está distante nem da possibilidade de uma crise com ingredientes institucionais, caso o ministro Joaquim Barbosa progrida nas investidas desmoralizantes que atingem o Congresso e os magistrados.

O fundo de moralismo ao gosto da classe média assegura às exorbitâncias conceituais e verbais do ministro a tolerância, nos meios de comunicação, do tipo “ele diz a coisa certa do modo errado” —o que é um modo moralmente errado de tratar a coisa errada. Não é novidade como método, nem como lugar onde é aplicado.

Nem por isso o sentido dos atos é mudado. “Só se dirija a mim se eu pedir!” é uma frase possível nas delegacias de polícia. Dita a um representante eleito da magistratura, no Supremo Tribunal Federal, por seu presidente, é, no mínimo, uma manifestação despótica, sugestiva de sentimento ou pretensão idem. Se, tal como suas similares anteriores, levou apenas a mais uma nota insofista dos alvejados, não faz esperar que seja assim em reedições futuras desses incidentes.

Afinal, quem quer viver em democracia tem o dever de repelir toda manifestação de autoritarismo, arbitrariedade e prepotência. É o único dever que o Estado de Direito cobra e dele não abre mão.

11 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

Toma lá, vota cá

BRASÍLIA - Ao dizer que o ministro Luiz Fux tomou a iniciativa de prometer absolvê-lo caso ganhasse a vaga no Supremo Tribunal Federal, José Dirceu não deixa o Fux mal. Faz um mea-culpa, deixa outros ministros constrangidos e lança suspeitas sobre negociações nada republicanas do governo Dilma para nomear ministros do STF. Toma lá, vota cá?

Dirceu, claro, declarou não acreditar que a promessa de absolvição tenha pesado para Dilma nomear Fux, mas a dedução lógica do que ele disse —aliás, de tudo o que vem sendo dito— é que essa negociação valeu não só para Fux, mas para outros, desde o governo Lula. A diferença é que ele, em vez de absolver, condenou.

Já no julgamento, quando os ministros passaram a votar contra os réus, um atrás do outro, a ira nos bastidores do Planalto era dirigida particularmente a Fux, acrescentada de um adjetivo: traidor.

A ira se espalhou por Brasília, até em conversas de botequim. Veio a patética entrevista de Fux, também à **Folha**, admitindo sua maratona de gabinete em gabinete para realizar o sonho de chegar ao Supremo. Agora, vem a estratégica declaração de Dirceu, que acusa, confunde, tumultua e, principalmente, constrange.

Juntando as peças, desde os bastidores do Planalto até o disse que disse, passando pelo encontro de Lula com o ministro Gilmar Mendes (que se sentiu chantageado pelo ex-presidente para votar a favor dos mensaleiros), conclui-se que houve um movimento combinado para influir no julgamento. Ninguém ficaria sabendo, mas Fux roeu a corda e a verdade começou a emergir da raiva.

Ao admitir que pelo menos um ministro tinha combinado o voto antes, Dirceu deixa no ar que o Planalto agia assim e que outros ministros podem ter entrado no jogo. Logo, Dirceu tentou melhorar as coisas para ele, mas piorou para todo mundo. Principalmente para o governo que defende e para os ministros que votaram para salvá-lo no Supremo.

11 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Acusado por Dirceu, Fux diz que 'não polemiza com réu'

Ministro evita confronto após ser acusado
de prometer absolvição no STF

Colegas no tribunal não se manifestam sobre acusações de petista, mas lamentam desgaste sofrido pela corte

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux evitou ontem o confronto com o ex-ministro José Dirceu, dizendo que não responderia às suas acusações por que não "polemiza com réu".

Em entrevista à **Folha** e ao UOL publicada ontem, Dirceu afirmou que Fux o "assediou moralmente" quando estava em campanha para ocupar uma vaga no STF e disse que ele prometeu sua absolvição no julgamento do mensalão.

Indicado para o Supremo pela presidente Dilma Rousseff no início de 2011, Fux era considerado pelos petistas voto certo a favor dos réus, mas foi um dos mais rigorosos no julgamento e votou pela condenação de Dirceu.

"Ministro do STF não polemiza com réu", disse Fux ontem. Ele não quis fazer nenhum outro comentário sobre a entrevista de Dirceu.

Antes de ser nomeado por Dilma, Fux era ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça). Em entrevista concedida à **Folha** no fim do ano passado, ele havia admitido que procurara Dirceu quando buscava apoio para realizar o "sonho" de ir para o STF.

"Fui a várias pessoas de São Paulo, à Fiesp. Alguém me levou ao Zé Dirceu porque ele era influente no governo Lula", afirmou. Fux disse também que na época não se lembrou de que Dirceu era réu no mensalão, afirmação que o petista classificou como "tragicômica" e "ridícula".

Dirceu foi condenado a 10 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha. A maioria dos ministros do STF concluiu que ele comandou a organização do mensalão para comprar apoio político no Congresso no início do governo do ex-presidente Lula.

O julgamento do mensalão foi concluído no ano passado. O acórdão que resumirá suas decisões e os votos dos ministros devem ser publicados em breve, o que permitirá que réus como Dirceu apresentem recursos para tentar reverter suas condenações.

As acusações de Dirceu causaram constrangimento no tribunal. Colegas de Fux preferiram não falar sobre o caso, alegando não ter lido a entrevista. O único a se manifestar foi Marco Aurélio Mello.

"Desgasta o Supremo", afirmou. "Mas não fragiliza o julgamento, porque não se trata de um argumento jurídico. Pelo contrário. Ele [Fux] foi um dos mais rigorosos."

Não houve qualquer referência ao assunto na sessão de ontem no plenário do STF e ministros ouvidos pela **Folha** afirmaram não ter conversado com Fux sobre ele.

Nos bastidores, no entanto, os ministros lamentaram o ocorrido, dizendo se tratar de um desgaste desnecessário, que amplia o embaraço criado pela entrevista do próprio Fux no ano passado.

"Sabe que horas cheguei aqui? Sete horas da manhã. Não li o jornal. Realmente não li. Nem sabia", disse a ministra Cármen Lúcia, que também é presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ao chegar cedo para uma reunião na corte com políticos e os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, Henrique Alves (PMDB-RN).

Carmen Lúcia estava ainda acompanhada do ministro Dias Tóffoli, que também não quis comentar as declarações de Dirceu. "Também não li", disse, sorrindo em seguida. Tóffoli trabalhou para o PT e com Dirceu antes de ser indicado pelo ex-presidente Lula para o Supremo.

CONTINUA

11 ABR 2013 FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Advogados dos réus condenados no julgamento do mensalão também preferiram ficar em silêncio. O único que se manifestou foi Marcelo Leonardo, que representa o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, o operador do esquema do mensalão.

“Estou estarelecido com essa entrevista, e também com a que foi dada pelo ministro Fux, na qual relatou o contato com o ex-ministro”, disse Leonardo.

PLANALTO

PRESIDENTE NÃO COMENTA DECLARAÇÕES

Dilma evitou falar sobre a afirmação do ex-ministro José Dirceu à **Folha** de que Luiz Fux, ministro do STF, prometeu que o absolveria no julgamento do mensalão. “A presidente não vai comentar”, informou o Planalto ontem, após Dilma ser questionada sobre o peso da promessa de Fux na escolha dele para ingressar no STF.

DUAS VERSÕES

O que o ministro Luiz Fux e José Dirceu disseram sobre seu encontro

Luiz Fux

Indicado por Dilma ao STF, era considerado como um voto certo pela absolvição dos réus antes do julgamento do mensalão –mas foi um dos juízes mais duros do processo

O encontro

Quando Fux estava em campanha para o STF, os dois se reuniram. Em entrevistas à **Folha**, Fux em 2012 e Dirceu nesta semana, eles deram versões diferentes do que foi discutido

José Dirceu

Um dos homens fortes do governo antes do escândalo do mensalão, foi condenado a mais de 10 anos de prisão no julgamento do caso, inclusive pelo ministro Fux

CONTINUA

ASSÉDIO

“Eu fui a várias pessoas de São Paulo, à Fiesp. Numa dessas idas, alguém me levou ao Zé Dirceu porque ele era influente no governo Lula”

“Eu fui assediado moralmente por ele [Fux] durante mais de seis meses para recebê-lo. [Foi] Através de terceiros. Eu não queria [recebê-lo]”

ABSOLVIÇÃO

“Eu levei o meu currículo e pedi que ele [Dirceu] levasse ao Lula. Eu disse: ‘Se o que você está dizendo [que é inocente] tem procedência, você vai se erguer’

“Ele [Fux] tomou a iniciativa de dizer que ia me absolver [pelo mensalão]. Eu disse: ‘Eu não quero que o sr. me absolva. Eu quero que vote nos autos’”

COMPROMETIMENTO

“Não, imagina [se fez a algum réu, quando concorria ao STF, promessa de absolvição]. Seria uma leviandade, eu não conhecia o processo”

“Ele [Fux], de livre e espontânea vontade, se comprometeu com terceiros, por ter conhecimento do processo, por ter convicção, certo?”

RÉU DO MENSALÃO

“Eu confesso que naquele momento [do encontro] eu não me lembrei [que Dirceu era réu do mensalão]. Porque a pessoa, até ser julgada, é inocente”

“Ele [Fux] dizer para sociedade brasileira que não sabia que eu era réu do processo do mensalão é tragicômico. Soa ridículo, no mínimo”

IMPEDIMENTO

“Não troco independência por cargo. Fui nomeado pela Dilma. Ela não nomeou quem o Dirceu e o Lula apoiavam”

“Eu acho que ele [Fux] já deveria ter se declarado impedido de participar desse julgamento [do mensalão]”

FOLHA DE S. PAULO

Oposição levanta suspeita sobre processo de indicação de Fux

Enquanto os políticos governistas criticaram e cobraram explicações de Luiz Fux, a oposição levantou suspeitas sobre a indicação ao Supremo feita pela presidente Dilma Rousseff.

“As declarações do ex-ministro nos levam a pensar que isso pode ser uma das suas razões de sua indicação. A situação é mais grave porque estamos às vésperas da indicação de um novo ministro do Supremo que vai participar desse processo [do mensalão]”, afirmou o senador Aécio Neves, provável candidato do PSDB à Presidência.

Dilma tem avaliado nomes para a vaga deixada pelo ministro Carlos Ayres Britto.

O presidente do DEM, senador José Agripino Maia (RN), afirmou que as declarações de Dirceu comprometem “todo o processo de indicação” de autoridades pela presidente da República. “A Dilma o escolheu [Fux] por estar comprometido com os interesses do José Dirceu?”.

Para o senador Álvaro Dias Dirceu estaria tentando modificar o resultado do julga-

mento do mensalão.

O líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI), disse que a entrevista do petista não coloca as indicações feitas por Dilma sob suspeita, mas afirmou que o Congresso deve “refletir” sobre o processo de escolha.

Cabe ao Senado sabatar e aprovar os nomes encaminhados pela presidente, mas o costume é referendar o nome do Planalto sem maiores questionamentos.

Os deputados Cândido Vaccarezza (PT-SP) e Nazareno Fonteles (PT-PI) cobraram que Fux se explique.

“O Fux é quem tem que se explicar à sociedade. Ele nos disse que mataria no peito [o mensalão]. Agora, isso não foi condição para qualquer um defender sua indicação”, disse Vaccarezza.

Para Fonteles, a entrevista de Dirceu mostra que Fux fez “de tudo para ter poder pelo poder”. Ele pediu impeachment do ministro.

“Não foi o ministro Dirceu quem procurou Fux e pediu para ser absolvido. Foi o ministro quem propôs” afirmou.

Justiça concede perdão a operador ligado ao mensalão

A Justiça Federal em São Paulo concedeu perdão judicial ao operador financeiro Lúcio Bolonha Funaro, o dono da empresa Guaranhuns, que ajudou a distribuir R\$ 6 milhões do dinheiro do mensalão.

O juiz federal Márcio Capetani disse que Funaro cometeu o crime de lavagem de dinheiro ao repassar os valores ao deputado federal Valdemar Costa Neto (PR-SP), mas merece perdão por ter colaborado com as investigações do caso.

O juiz não autorizou a divulgação da íntegra da decisão e recusou-se a fornecer à **Folha** detalhes sobre a contribuição de Funaro, que assinou acordo de delação premiada com o Ministério Público em 2005.

Segundo a assessoria de imprensa da Justiça Federal, o juiz disse que não poderia divulgar as informações porque o acordo está protegido por sigilo.

Funaro entregou ao Ministério Público documentos sobre a movimentação financeira da Guaranhuns em 2006, dias antes da apresentação da denúncia que deu origem ao processo do mensalão no STF (Supremo Tribunal Federal).

Na época, as autoridades já detinham informações detalhadas sobre os repasses feitos pela empresa a Costa Neto, e que foram usadas na denúncia.

Ao pedir o perdão, o Ministério Público Federal declarou que Funaro deu “contribuição efetiva” às investigações, sem oferecer detalhes. A Justiça estendeu o benefício a José Carlos Batista, “laranja” usado por Funaro para registrar a Guaranhuns.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

11 ABR 2013

CONVITE

O ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), está organizando uma festa de arramba no Rio para celebrar seus 60 anos, no dia 26. Todos os magistrados do STF foram convidados, além de 180 desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio e de uma centena de ministros de cortes superiores. O governador Sérgio Cabral, do Rio, e o prefeito Eduardo Paes estão na lista.

ESTRELA

A festa será na casa do advogado Sergio Bermudes. A filha do ministro, a advogada Marianna Fux, 32, que é do escritório de Bermudes, deve ser uma das estrelas. Candidata a vaga de desembargadora no Tribunal de Justiça do Rio, ela precisa entrar numa lista sêxtupla da OAB-RJ e depois ser escolhida pelos desembargadores para uma lista tríplice. E, enfim, ser nomeada por Sérgio Cabral.

POESIA

Marianna Fux escreveu recentemente artigo para o jornal "O Globo". Nele, falava sobre o Pacto de Pequim e a violência doméstica e inseria no assunto o poema "Entre o Luar e o Arvoredo", de Fernando Pessoa.

TÔ AQUI

A demora de Dilma Rousseff para nomear um ministro do STF casou rebuliço na Justiça. Até ontem, 30 candidatos já tinham procurado integrantes do governo. Só do Tribunal de Justiça de SP oito desembargadores se apresentaram para a missão.

66. tiroteio

Quem está precisando ir para um resort para descansar e esfriar a cabeça é o ministro Joaquim Barbosa, que está muito nervoso.

DE ALBERTO TORON, advogado de João Paulo Cunha no mensalão, sobre o presidente do STF ter dito que novos TRFs seriam instalados em "resorts".

PAINEL

No pé 1 Em operação casada com advogados do mensalão, o setorial jurídico do PT pedirá a Roberto Gurgel que instaure procedimento para apurar a conduta de Luiz Fux na fase anterior à sua nomeação para o STF.

No pé 2 O coordenador do setorial, Marco Aurélio Carvalho, vai procurar Márcio Thomaz Bastos e José Luis Oliveira Lima. Acha que, se for declarada a suspeição de Fux, o processo pode ser revisto.

Pesos... Advogados dos condenados rechaçaram reação do procurador-geral da República de rejeitar investigação contra Fux, alegando que José Dirceu não merece crédito por suas declarações.

... e medidas Afirmam que as acusações contra Lula também partiram de um condenado, Marcos Valério, e o Ministério Público mandou abrir sete inquéritos. "Se não abrir, Gurgel estará prevariando", diz um criminalista.

PAINEL DO LEITOR

A **Folha** erra ao dar voz a criminosos condenados que em qualquer país mais ou menos sério estariam atrás das grades. Vamos ao manual. O que justifica a entrevista publicada ontem? Valeria a pena solicitar declarações do goleiro Bruno sobre o juiz que o condenou? Jornalisticamente esse procedimento está correto? Dá para se colocar em pé de igualdade a sentença de um ministro do STF e a de um delinquente?

CARLOS GUIMARÃES (Curitiba, PR)

11 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça congela ativos de empresa da família Maluf

Bloqueio de R\$ 520 mi visa assegurar eventual
ressarcimento aos cofres públicos

Deputado é acusado de participar de desvios em obras da Prefeitura de SP; Eucatex diz que vai recorrer da decisão

A Justiça determinou o bloqueio de R\$ 520 milhões da empresa Eucatex, da família do deputado federal Paulo Maluf (PP-SP).

O valor corresponde à indenização pedida pelo Ministério Público de São Paulo em uma ação civil na qual aponta que Maluf participou de desvios em obras da Prefeitura de São Paulo.

O balanço da Eucatex referente a dezembro passado apontou um patrimônio total de R\$ 1 bilhão.

A medida, de caráter provisório, foi requerida pelo promotor Silvio Marques.

Como revelado pela **Folha** em março, Marques entende que a família de Maluf tenta fugir do pagamento de condenações por meio da transferência do patrimônio da Eucatex para uma nova companhia do grupo, a ECTX.

A tese de que essa operação constituiu uma fraude para “desidratar” a Eucatex foi levada à 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

A juíza Celina Toyoshima autorizou o bloqueio de bens por entender que o Ministério Público demonstrou a “possibilidade de defraudação do patrimônio” da Eucatex. A magistrada, porém, fez a ressalva de que a medida poderá ser alterada caso a Eucatex demonstre que a restrição patrimonial poderá levar à quebra da empresa.

OUTRO LADO

A assessoria do deputado, que foi prefeito de São Paulo de 1993 a 1996, informou que ele não iria se manifestar sobre o bloqueio.

O vice-presidente da Eucatex, José Antônio Goulart de Carvalho, afirmou que a empresa vai recorrer da decisão e que a tese da Promotoria “não faz nenhum sentido”.

Segundo Carvalho, não está ocorrendo a dilapidação dos bens da companhia porque após a criação da ECTX, em 2012, o patrimônio da Eucatex saltou de R\$ 997 milhões para R\$ 1,06 bilhão.

Carvalho afirmou que “a Eucatex não é Paulo Maluf”, mas uma companhia de capital aberto, da qual ele é um dos acionistas

11 ABR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Câmara avalia recorrer ao Supremo contra nova distribuição de bancadas

DE BRASÍLIA - O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), disse ontem que estuda recorrer da decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que recalculou o tamanho das bancadas estaduais na Casa. A atualização do número de deputados foi baseada no Censo do IBGE de 2010.

O motivo, segundo Alves, é a interpretação de que o TSE não teria atribuição para a mudança, que deveria ser aprovada

por lei complementar. “[A decisão] nos pegou de surpresa e vejo com preocupação”, disse.

O presidente da Casa afirmou que já encomendou a técnicos uma avaliação sobre um possível recurso ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Com a mudança, aprovada por 5 votos a 2, oito Estados perdem e cinco ganham cadeiras no Legislativo. A decisão vale apenas a partir das eleições de 2014.

Laudo diz que filho de Eike Batista matou ciclista a mais de 100 km/h

DO RIO - A polícia do Rio divulgou ontem novo laudo sobre o acidente que levou ao indiciamento de Thor Batista pela morte de um ciclista em 2012. Segundo peritos, o carro do filho do empresário Eike Batista estava entre 100 e 115 km/h na rodovia Washington Luís. O limite naquele trecho da estrada é de 110 km/h.

Laudo anterior, retirado do processo, dizia que ele estava

a pelo menos 135 km/h.

A Justiça anulou o primeiro laudo sob a justificativa de que o perito teve contato direto com a Promotoria. A assessoria do Thor não comenta o caso.

Em nota, a direção do Instituto de Criminalística Carlos Éboli disse que “estimar a velocidade exata nos casos de atropelamento é de difícil, devido as variáveis como velocidade da vítima e do veículo”.

11 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Por uma vaga no Supremo

Condenado a 10 anos e 10 meses de prisão por corrupção ativa e formação de quadrilha como arquiteto do mensalão, o ex-ministro José Dirceu

sabe que passará pelo menos 1/6 da pena, ou 1 ano e 9 meses, em regime fechado: só então poderá pleitear o cumprimento do restante do castigo em regime semiaberto ou aberto. Resta-lhe, como fez na entrevista à *Folha de S.Paulo*, publicada ontem, repetir o mantra de ser vítima inocente de um julgamento político – portanto, quando adentrar a penitenciária que lhe for designada, desempenhará o papel de “preso político”. Nesse estado de espírito, em que a bravata (“estou preparado para qualquer circunstância”) coexiste com o desespero (“às vezes penso que era melhor se eu tivesse morrido do que passar pelo que estou passando”), ele dá mostras de se sentir livre para acertar contas com um dos seus presumíveis algozes do Supremo Tribunal Federal (STF). Trata-se do ministro Luiz Fux, indicado pela presidente Dilma Rousseff em fevereiro de 2011.

É sabido o que o ministro Fux fez para se cacifar junto à presidente e assim realizar o que chamava seu “sonho”. Em busca de apoio, o integrante do Superior Tribunal de Justiça (STJ) procurou desde a cúpula da Fiesp ao número um do MST, João Pedro Stédile. Procurou também Dirceu, o mais notório dos acusados do mensalão. “Alguém me levou ao Zé Dirceu porque ele era influente no governo Lula”, recordaria Fux, para afirmar, espantosamente, que “naquele momento” não se lembrou de que o outro era um réu a quem iria julgar se chegasse ao STF. Na versão do petista, Fux o “assediou moralmente”, por meio de terceiros cujos nomes não revela, durante “mais de seis meses” para ser recebido. No encontro, ainda segundo Dirceu, o candidato “tomou a iniciativa de dizer que ia me absolver. Textualmente”. Se promessa houve, foi es-

quecida. “Li o processo e fiquei estarecido”, declarou o ministro para explicar a severidade de seus votos pela condenação dos mensaleiros. Só que um jornalista o ouviu dizer a um advogado: “Querem me sacanear. O pau vai cantar”.

Não há nada de intrinsecamente errado com o sistema de escolha, copiado dos Estados Unidos, dos membros da Alta Corte de Justiça. O presidente da República indica, o Senado sabatina e ratifica – com a diferença de que o Senado americano é capaz de vetar o preferido da Casa Branca, como fez em 1987 com Robert Bork, favorecido pelo presidente Ronald Reagan. Tampouco é ilegítimo um aspirante ao STF cercar-se discretamente de aliados com acesso ao gabinete presidencial para influir na decisão de seu titular. Por fim, é melhor que o chefe do governo converse com aqueles entre os quais fará a sua escolha, ao modo de Dilma, do que deixar tudo por conta do ministro da Justiça, como fazia Lula. (Ele e o atual presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, só se conheceram na solenidade da posse.) O que é – mais do que errado – chocante é a despuddorada voracidade com que se comportam certos “ministeriáveis”, se não a maioria, em campanha. O caso de Luiz Fux, ainda que ele não tenha dito o que Dirceu lhe atribui, se inscreve nessa deplorável tradição.

Pior ainda é o episódio da hora. Na última sexta-feira, “fontes do Supremo” asseguraram à colunista Sonia Racy, do *Estado*, que Dilma escolheu o advogado tributarista e professor da USP, Heleno Torres, para a vaga ocupada até o fim do ano passado pelo então presidente da Corte, Carlos Ayres Britto. Ligado ao relator do mensalão, ministro Ricardo Lewandowski, Torres havia sido recebido na véspera pela presidente para uma conversa reservada. Seja lá o que dela tenha ouvido, não perdeu tempo em fazer chegar à imprensa – por interpostas pessoas que pediram para não ser identificadas – a suposta “notícia”. Dilma, evidentemente, ficou furiosa com a quebra de

confiança e mandou chamar para entrevistas todos os outros candidatos. A analogia é imperfeita, mas o caso poderia lembrar o episódio do político que procurou o governador de Minas Gerais à época, Tancredo Neves, para pedir “orientação”. “Estão dizendo por aí que vou ser nomeado secretário. Que devo fazer?”, perguntou, sofregamente. “Diga”, respondeu Tancredo, “que eu o convidei e você não aceitou.”

11 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

O mutirão do Ministério Público

Se fosse apenas uma demonstração de eficiência dos Ministérios Públicos (MPs) estaduais e da Procuradoria-Geral da República no cumprimento de suas atribuições funcionais, o mutirão contra a corrupção – integrado por 158 promotores – mereceria aplauso. Infelizmente, porém, ele foi realizado com propósitos corporativos e políticos.

Opondo-se à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 37, que reserva a função de Polícia Judiciária às Polícias Federal e Civil e retira do MP a competência para promover investigações criminais, promotores e procuradores usaram o mutirão para pressionar o Congresso – e, mais grave, não ocultaram a intenção. “O MP está mobilizando a sociedade no sentido de mostrar que o que se deseja com a PEC 37 é concentrar as investigações num único órgão do Estado, a Polícia. É um retrocesso gigantesco para a persecução penal e para o combate à corrupção”, disse o procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Se a PEC for aprovada, o MP não terá autonomia para requisitar diligências, instaurar inquéritos e acompanhar as investigações. Para Gurgel, isso institucionalizaria a impunidade.

Deflagrado pelo Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (Gncoc), que é integrado por procuradores-gerais de Justiça, o mutirão teve a participação de auditores

de Tribunais de Contas, técnicos da Controladoria-Geral da União e fiscais da Receita Federal, além de agentes policiais, num total de 1.300 pessoas. A missão era cumprir 337 mandados de busca e apreensão e prender 92 acusados de corrupção – entre prefeitos, ex-prefeitos e secretários municipais.

Mais do que um ato de protesto, essas operações midiáticas são uma verdadeira tentativa de retaliação contra políticos, por parte do MP. Em São Paulo, por exemplo, onde a Assembleia Legislativa também discute uma PEC à Constituição estadual que retira dos promotores a prerrogativa de propor ações que envolvam agentes públicos, o mutirão grampeou o telefone de dois deputados estaduais. Eles são acusados de participar de um esquema de fraudes com emendas parlamentares, negociar contratos irregulares entre prefeituras paulistas e empreiteiras e desviar verbas dos Ministérios das Cidades e do Turismo.

Em Minas Gerais, o mutirão prendeu um homem que transportava R\$ 790 mil e 50 mil euros com suspeita de origem ilícita. Segundo os promotores, ele teria ligações com o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado José Geraldo Riva (PSD), que responde a 102 ações penais e é acusado pelo MP estadual de desviar recursos públicos por meio de notas frias e empresas fantasmas. Em Rondônia, o mutirão resultou na prisão do ex-prefeito de

Porto Velho Roberto Sobrinho (PT), acusado pelos promotores estaduais de chefiar um esquema de desvio de recursos da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano. No Rio Grande do Norte, o mutirão abriu investigação contra duas prefeituras – Macau e Guamaré – acusadas de promover shows musicais superfaturados e de aplicar irregularmente royalties do petróleo. As duas cidades estão entre as maiores produtoras de petróleo do Estado.

Com o mutirão, promotores e procuradores podem ter mostrado serviço, mas isso não significa que a PEC 37 – de autoria de um deputado que é delegado de polícia aposentado – não seja procedente. Além da conhecida animosidade entre as duas corporações, é preciso ficar claro que investigação criminal sempre foi, por princípio, atividade de polícia. Ao Ministério Público não compete investigar – mas, isto sim, determinar a abertura da investigação. No Estado de Direito, quem acusa não deve ter a prerrogativa de investigar, sob pena de se pôr em risco o devido processo legal e ferir liberdades públicas e individuais.

A conversão do Ministério Público num órgão superdimensionado compromete o salutar princípio do equilíbrio entre os Poderes. O País muito ganharia se o MP e os órgãos policiais exercessem seus respectivos papéis com eficiência – o que proporcionaria uma Justiça menos sujeita a improvisações e a rivalidades corporativas.

11 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO Decisão do TSE reduz deputados nas Assembleias

Com rearranjo das bancadas federais, Legislativos terão 10 parlamentares a menos a partir de 2014

Ao determinar a redução do número de deputados federais de 8 Estados e aumentar o de 5, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) provocou um rearranjo também nas Assembleias Legislativas. A partir da eleição de 2014, o número de deputados estaduais do País cairá pela primeira vez na história, de 1.059 para 1.049.

Isso ocorrerá porque o número de deputados estaduais de cada Estado é definido com base no tamanho da bancada federal – e esta, por sua vez, tem a ver com o tamanho da população em cada unidade da Federação. Por exemplo, o Piauí, cuja população cresceu menos que a de alguns vizinhos entre 2000 e 2010, perderá dois deputados federais e seis estaduais a partir da próxima eleição. O alerta sobre a mudança nas Assembleias foi dado pelo cientista político Humberto Dantas, professor do Insper.

Assim como o Piauí, a Paraíba perderá dois deputados federais e seis estaduais. Os próximos na lista dos mais afetados são Alagoas e Espírito Santo (cada um perderá uma vaga na Câmara e três na Assembleia). No outro extremo, o Pará será o principal beneficiado (ganho de quatro cadeiras em cada Casa):

O TSE determinou a redistribuição das 513 cadeiras da Câmara ao considerar que não estava sendo cumprida uma lei de 1993 que orienta a divisão das vagas segundo a população de cada Estado. A Assembleia Legislativa do Amazonas acionou o tribunal por considerar injusto o fato de o Estado ter menos deputados federais que Piauí e Alagoas, apesar de ter mais habitantes, segundo o Censo de 2010.

Nos últimos anos, os Estados da Região Norte foram os que tiveram crescimento populacional mais acelerado.

O presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), afirmou ontem que a Casa deve recorrer da decisão do TSE, o que levará o caso para o Supremo Tribunal Federal. “Mandamos (a consultoria da Casa) analisar, com muita cautela, mas acredito que poderá haver recurso por entender que o TSE não tinha essa competência para redefinir bancadas.”

O IMPACTO DA DECISÃO NAS BANCADAS

● Oito Estados perderão deputados e cinco ganharão

	Na Câmara dos deputados			Na Assembleia Legislativa			
	Atual	2014		Atual	2014		
Perdem	Piauí	10	8	-2	30	24	-6
	Paraíba	12	10	-2	36	30	-6
	Alagoas	9	8	-1	27	24	-3
	Espírito Santo	10	9	-1	30	27	-3
	Pernambuco	25	24	-1	49	48	-1
	Paraná	30	29	-1	54	53	-1
	Rio Grande do Sul	31	30	-1	55	54	-1
	Rio de Janeiro	46	45	-1	70	69	-1
Ganham	Pará	17	21	4	41	45	4
	Amazonas	8	9	1	24	27	3
	Ceará	22	24	2	46	48	2
	Minas Gerais	53	55	2	77	79	2
	Santa Catarina	16	17	1	40	41	1

11 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo

vai julgar desaposentação

O Supremo Tribunal Federal (STF) deverá decidir em breve sobre o direito dos trabalhadores à desaposentação. Tramitam na Corte recursos que tratam da possibilidade de o aposentado que volta a trabalhar atualizar o valor do benefício acrescentando os anos de contribuição na nova função.

Um dos recursos, movido por aposentadas do Rio Grande do Sul, começou a ser julgado pelo tribunal em 2010. Na ocasião, o ministro relator, Marco Aurélio Mello, posicionou-se a favor do recálculo do benefício quando o aposentado volta a contribuir para a Previdência Social. Mas o julgamento foi interrompido por um pedido de vista.

Além desse processo, existe um recurso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contestando decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) favorável ao direito de um trabalhador renunciar à aposentadoria para garantir um benefício mais vantajoso. No caso, o trabalhador aposentou-se após 27 anos de contribuição. Mas voltou a trabalhar e contribuir.

A decisão do STF deverá servir de base para milhares de processos judiciais que tratam da desaposentação. Se o Supremo concluir que a desaposentação é válida, será possível fazer a conversão da aposentadoria proporcional em integral.

Em 2011, o Supremo reconheceu a existência da chamada repercussão geral do caso. Ou seja, a futura decisão tomada pelo tribunal deverá ser aplicada pelas

● De volta à ativa

500 mil

é o número de aposentados que voltaram a trabalhar e contribuir para a Previdência, segundo dados de 2011

instâncias inferiores da Justiça nos milhares de casos idênticos.

À época, o então relator de um dos recursos, ministro Carlos Ayres Britto, disse que a questão envolvida no processo deveria ter repercussão geral diante da relevância econômica, política, social e jurídica. Em 2011, existiam no País cerca de 500 mil aposentados que tinham voltado a trabalhar e a contribuir para a Previdência.

11 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

STF livra empresas de pagamento bilionário

• Valor
R\$ 36 bi
seria a perda do governo se o Supremo tivesse decidido que as coligadas situadas em paraísos fiscais também estão isentas do pagamento dos impostos

Supremo decide que filiais de grupos brasileiros no exterior não podem ser tributadas, desde que não estejam em paraísos fiscais

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o governo não pode cobrar o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das subsidiárias e coligadas de empresas brasileiras no exterior, desde que não estejam instaladas em paraísos fiscais. Por outro lado, declarou constitucional a cobrança desses tributos de coligadas situadas em paraísos fiscais. As duas decisões valem para todos os casos semelhantes que tramitam no Judiciário.

Porém, o resultado do julgamento não atinge a Vale, a empresa mais interessada na solução desse tema e que sofreria um impacto financeiro maior com uma eventual derrota na Corte – a estimativa é que a empresa tenha de pagar cerca de R\$ 30 bilhões ao governo em impostos não recolhidos, se vier a perder a disputa judicial. A tese que interessa à empresa ainda depende de julgamento. E, até que um recurso da Vale que tramita no Supremo seja julgado, a empresa está livre do pagamento dos tributos, como confirmou ontem o tribunal por unanimidade.

De acordo com fontes ligadas à Vale, o que atinge os interesses da empresa é a discussão sobre a constitucionalidade da cobrança dos tributos de empresas controladas que estejam fora de paraísos fiscais e em países com os quais o Brasil tenha tratado contra a bitributação. O STF não possui uma decisão sobre isso ainda.

Ontem, o Supremo chegou a discutir esse tema de forma específica, abrindo precedente para

outros casos. No entanto, além de o resultado não valer para os demais processos, neste caso o tribunal não decidiu sobre a cobrança dos tributos nos casos em que a empresa controlada esteja localizada em país com o qual o Brasil tenha tratado contra a bitributação.

Arrastado. A discussão sobre a legalidade da cobrança de tributos sobre empresas coligadas e controladas no exterior se arrastava no Supremo havia mais de 10 anos. E, ao longo do julgamento, seis ministros chegaram a se aposentar.

Ontem, com o encerramento do julgamento, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, comemorou a decisão da Corte em favor da tributação de empresas localizadas em paraísos fiscais. “O Tribunal validou uma política de controle de elisão fiscal. Não é uma política voltada para contribuintes maliciosos, mas que buscam evitar a erosão de sua base tributária por políticas tributárias de outros países, o que gera um tipo de guerra fiscal”, disse.

Essa política, na avaliação de Adams, além de coibir práticas ilegais, também busca impedir o uso de saídas legais para reduzir o pagamento de tributos. “Eu posso abrir uma empresa e ter benefício lá fora. Com isso, evita-se que os incentivos sejam auferidos e que empresas migrem e vão para outros países atrás de benefícios”, considerou Adams.

Paraíso fiscal. Pela decisão do tribunal, as empresas controladas por brasileiros que estejam em paraísos fiscais terão de pagar IR e CSLL sobre os lucros, antes que esse dinheiro seja dividido entre os acionistas. Esse julgamento produz efeitos para todos os casos semelhantes.

Para as empresas brasileiras que tenham participação significativa em empresas localizadas em outros países – as coligadas –, o tribunal julgou ser inconstitucional a cobrança dos tributos, desde que essa corporação não esteja em paraíso fiscal. O tribunal não chegou a um resultado sobre a cobrança de tributos de empresas coligadas que estejam em paraísos fiscais.

Segundo o advogado da União, o governo deixaria de arrecadar R\$ 36 bilhões caso o Supremo julgasse inconstitucional toda a Medida Provisória de 2001 que prevê a cobrança sobre as empresas. Para as companhias que terão de recolher o tributo, Adams afirmou apenas que o governo “está sempre aberto” para resolver situações em que há geração de passivos. “Esta é uma questão que precisa ser tratada na Fazenda, na Receita Federal, mas o governo normalmente tem sido sensível, pois tem preocupações com a economia.”

1 1 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Périplo

Além da África, **Joaquim Barbosa** vai, nas próximas semanas, para a Costa Rica encontrar-se com o presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. ‘Agenda de chefe de Estado’, comenta um interlocutor.

Fogo amigo

Colegas de **Barbosa** atribuem a ele parte da responsabilidade pela aprovação dos novos Tribunais Regionais Federais – criticada pelo próprio. Juram que, após a conversa do presidente do STF com **Renan Calheiros** e **Henrique Alves**, o projeto acabou andando... mais rápido.

11 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Professora põe fita crepe na boca de aluno

Julio Cesar Lima

ESPECIAL PARA O ESTADO / CURITIBA

Uma professora de educação artística do 3.º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Presidente Vargas, de Dois Vizinhos (a 450 quilômetros de Curitiba), foi demitida após ser acusada de colocar uma fita adesiva na boca do aluno W.R., de 8 anos, para que ele ficasse quieto durante a aula. O caso ocorreu há oito dias.

Segundo a mãe de W.R., Salete Pezzine, a professora argumentou ter perdido o controle da classe. "Ela disse que estava ficando louca de tanto que os alunos gritavam na sala", disse.

Em entrevista ao jornal *A Notícia*, Salete disse que outros estudantes receberam castigos semelhantes. "Não é só para o meu filho que ela fez isso. Ela fez o mesmo com três ou mais."

Salete afirma que perdoou a professora. "Eu a perdoei, ele está estudando ali e não posso jogar a professora no lixo."

Agora, o Ministério Público do Paraná aguarda a denúncia formulada pelo Conselho Tutelar de Dois Vizinhos contra a professora Andressa Maciel.

O promotor Ronaldo de Paulo Mion informou, por meio da assessoria, que foi encaminhado um ofício ao conselho local para saber detalhes sobre o ocorrido.

O garoto continua frequentando as aulas na escola, agora acompanhado de uma psicóloga. O Conselho Tutelar foi procurado, mas não retornou as ligações.

Procurada, a professora não quis falar sobre o assunto.

● Explicação

SALETE PEZZINE

MÃE DO ALUNO W. R., DE 8 ANOS
"Ela (a professora) disse que estava ficando louca de tanto que os alunos gritavam na sala."

JUSTIÇA

Cliente é indenizado por causa de porta giratória

Um cliente que ficou por uma hora e meia preso em uma porta giratória de uma agência do Banco Bradesco ganhou na Justiça indenização de R\$ 10 mil por danos morais. Valdinei Luiz de Oliveira usou o caixa eletrônico da agência na madrugada de 17 de novembro de 2007 e, sem conseguir sair, aguardou o destravamento da porta da 1h30 às 3h. "A perturbação da liberdade que tem sua liberdade de ir e vir violada indevidamente em razão de uma falha do sistema de segurança do réu é violenta", afirmou o desembargador.

11 ABR 2013

METRO

MP ganha apoios contra PEC, mas policiais são a favor

Ontem o vice-governador do Paraná, Flávio Arns (PSDB), assinou a moção contra a PEC 37, que segundo o MP-PR (Ministério Público do Paraná) limita o poder de investigação do órgão. O movimento já conseguiu nos últimos dias o apoio do governador, Beto Richa (PSDB), do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Clayton Coutinho de Camargo e do prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT).

Os policiais, no entanto, têm uma posição contrária. "O que está havendo é uma briga de poder. A sociedade deveria ficar preocupada com a criação das figuras do superpromotor ou do superdelegado", diz o presidente do Sinclapol (Sindicato das Classes Policiais do Paraná).

O delegado chefe da Delegacia de Homicídios, Rubens Recalcatti, tem posição semelhante. "No MP querem investigar os crimes de mídia, mas os do dia-a-dia não. Hoje qualquer investigação já tem que ser comandada pela polícia civil", defende.

1 1 ABR 2013

METRO

Hospital Evangélico critica relatório de mortes na UTI

Esclarecimento. Instituição diz que as práticas adotadas nas Unidades de Terapia Intensiva seguem rigorosamente os protocolos médicos. Advogado vai entregar hoje a defesa preliminar da médica Virgínia Soares de Souza

O Hospital Evangélico afirmou ontem, em nota divulgada, que está preocupada com a forma como estão sendo tratados os números sobre as mortes ocorridas em uma das unidades de terapia intensiva da instituição. Um relatório preliminar da Polícia Científica apontou que 317 pacientes morreram no dia em que receberam um coquetel de medicamentos prescritos pela médica Virgínia Soares de Souza, entre janeiro de 2006 e fevereiro deste ano.

“É preciso distinguir os casos específicos desta investigação dos procedimentos adotados pelo hospital, que conta com cerca de 400 médicos. As práticas nas UTIs do Hospital Universitário Evangélico seguem rigorosamente os protocolos médicos”, disse um trecho da nota.

18.481

pacientes foram atendidos no ano passado nas quatro UTIs da instituição. O Evangélico possui 615 leitos, sendo 512 para atendimento exclusivo de pacientes do SUS.

O hospital esclarece ainda que toda a equipe técnica da UTI Geral, que é investigada pela Polícia Civil, já foi substituída por outros profissionais “altamente qualificados” e que uma nova diretoria técnica assumiu a gestão.

Três sindicâncias foram abertas para apurar os fatos: uma pelo próprio Evangélico, outra pela Secretaria Municipal de Saúde e a última pelo Conselho Regional de Medicina.

Defesa

O advogado da médica Virgínia, Elias Mattar Assad, disse que vai entregar hoje, às 16h, na Vara do Júri, a defesa preliminar da ex-chefe da UTI do hospital.

“Em vários pontos não concordamos, como o fato de a polícia ter levado os prontuários originais. E as gravações são ilícitas. Além disso, há três sindicâncias abertas, mas em nenhuma a Virgínia foi chamada para ser ouvida” critica o advogado.

Ele também promete entregar hoje uma carta anônima que vai revelar os bastidores dessa investigação. “A carta dá uma noção dessa investigação e conta tudo que aconteceu e vai acontecer.”

METRO 11 ABR 2013

'Nova Câmara' será alvo de ação no STF

Eleições. Congresso e Estados falam em acionar a Justiça para reverter a mudança, feita pelo TSE, na composição das bancadas a partir de 2014. Paraná vai perder um deputado federal e deve recorrer da decisão.

Medida também deve impactar na Assembleia Legislativa do Estado

A nova geografia da composição das bancadas na Câmara a partir de 2014 foi mal recebida no meio político e será alvo de ações no STF (Supremo Tribunal Federal). Na noite de terça-feira, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) validou uma resolução que muda o tamanho da representação de deputados federais por Estado. A mudança atingirá 13 Estados (veja quadro).

A redistribuição foi motivada por uma ação no TSE apresentada pela Assembleia Legislativa do Amazonas, que apontou defasagem na representação, que é feita de acordo com o tamanho da população. De fato, até então a

"Essa decisão pegou de surpresa a todos nós da Câmara e, de forma preocupante, porque mexe em bancadas praticamente às vésperas do processo eleitoral."

HENRIQUE EDUARDO ALVES, PRESIDENTE DA CÂMARA

Justiça usava o Censo de 1998. A redefinição das bancadas levou em consideração a contagem feita pelo IBGE em 2010.

Inconstitucional

O Paraná deve entrar com ação direta de inconstitucionalidade questionando a decisão. O argumento é que a mudança é ilegal porque só poderia ocorrer a partir de uma decisão do Congresso, e não pela Justiça Eleitoral.

O coordenador da Bancada Federal do Paraná, deputado Osmar Serraglio (PMDB), disse que essa decisão já era esperada. "É uma coisa matemática. Comparativamente com outros Estados nós crescemos, mas nem tanto, e sofremos a consequência. Tivemos redução de 30 para 29 deputados federais."

A decisão também terá impacto na Assembleia Legislativa. "Teremos um ou até dois

deputados estaduais a menos", adiantou Serraglio.

Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul e Paraíba também vão recorrer. Eles usarão o mesmo argumento de mudança ilegal, que foi usado no julgamento por Marco Aurélio Mello.

A presidente do TSE, ministra Carmen Lúcia, apresentou ontem a decisão aos partidos. O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), encaminhou a decisão para análise da assessoria jurídica, antes de decidir questioná-la na Justiça. O encontro serviu para que o TSE apelasse ao Congresso para evitar a judicialização do processo.

As mudanças do TSE atingem 13 Estados.

- **Mais uma vaga.**
Amazonas (ficará com 9) e Santa Catarina (17).
- **Mais duas vagas.**
Ceará (24) e Minas Gerais (55).
- **Mais quatro vagas.**
Pará (21).
- **Menos uma vaga.**
Alagoas (8), Espírito Santo (9), Pernambuco (24), Paraná (29), Rio de Janeiro (45) e Rio Grande do Sul (30).
- **Menos duas vagas.**
Paraíba (10) e Piauí (8).
- **Sem mudanças.**
Acre (8), Amapá (8), Bahia (39), Distrito Federal (8), Goiás (17), Maranhão (18), Mato Grosso (8), Mato Grosso do Sul (8), Rio Grande do Norte (8), Rondônia (8), Roraima (8), São Paulo (70), Sergipe (8) e Tocantins (8).

11 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Bloqueio

A Justiça de São Paulo determinou o bloqueio de bens no valor de R\$ 520 milhões da empresa Eucatex, da família Maluf. A medida foi tomada após pedido do Ministério Público que apontou suposta operação entre empresas do grupo para transferir patrimônio da Eucatex e assim evitar o pagamento de indenizações em caso de futuras condenações contra Maluf nas ações em que é apontado como autor de desvios na prefeitura.

Despesas

O procurador geral do município, Joel Macedo Neto, entrega hoje, às 11h, ao procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoia, na sede do Ministério Público, relatório das despesas contraídas pela gestão encerrada em dezembro sem empenho ou previsão orçamentária.

Sigilo

Ministros do STF aprovaram na noite de ontem o fim do sigilo da identidade das pessoas que respondem a inquérito criminal no tribunal.

Maracanã

A juíza Roseli Nalin, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, decidiu na noite de ontem suspender o processo de licitação para concessão do estádio do Maracanã à iniciativa privada. O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) havia entrado com uma ação civil pública que pedia a anulação do processo de concessão do Maracanã à iniciativa privada, a suspensão da demolição das estruturas do entorno do estádio - notadamente o estádio de atletismo Célio de Barros e o parque aquático Júlio Delamare - e que essas estruturas sejam mantidas em funcionamento.

11 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Contra a impunidade, contra a PEC 37

Ministérios públicos estaduais de todo o país e o Ministério Público Federal realizaram uma grande mobilização para que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37 seja rejeitada pelo Congresso Nacional. A proposta, simplesmente acaba com o poder de investigação dos promotores, tornando a função exclusiva da polícia. Na prática, a medida significa um grande aumento da impunidade.

Os ministérios públicos, ao longo dos últimos anos, mostraram sua vocação original de defender a sociedade em vários aspectos, principalmente con-

tra a corrupção no poder público, seja dos políticos, seja da polícia, seja da própria Justiça.

A descoberta da corrupção e a exposição dos corruptos à imprensa e consequentemente à população obviamente desagradou à muita gente poderosa. A PEC 37 vem em represália ao bom trabalho feito por promotores e procuradores.

O momento é da população também posicionar-se contra a medida que só favorece à corrupção. Para se posicionar contra a medida provisória, os cidadãos podem acessar o site www.mp.pr.gov.br.

NOTAS POLÍTICAS

Relatório de dívidas

O procurador geral do município de Curitiba, Joel Macedo Neto, entrega hoje ao procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoia, relatório a respeito de despesas contraídas pela gestão encerrada em dezembro sem o correspondente empenho ou mesmo previsão orçamentária. A entrega está marcada para as 11 horas, na sede do Ministério Público Estadual.

Prefeito cassado

O prefeito de Ivaiporã, Luiz Carlos Gil (PMDB), teve o mandato cassado pelo Juízo da 93ª Zona Eleitoral por abuso de poder econômico. De acordo com o juiz Dirceu Gomes Machado Filho, o prefeito do município do norte do Paraná cometeu irregularidades durante o processo eleitoral, como a utilização do shopping de propriedade dele como Comitê Eleitoral.

11 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

CASO UTI

Direção do Evangélico divulga esclarecimento

A direção do Hospital Universitário Evangélico de Curitiba divulgou, ontem, nota esclarecendo as últimas notícias envolvendo a instituição. “O Hospital Universitário Evangélico de Curitiba manifesta sua preocupação com a forma como estão sendo apresentados ao público os números relacionados a óbitos ocorridos em uma das unidades de terapia intensiva desta instituição”, inicia a nota.

“É preciso distinguir os casos específicos desta investigação dos procedimentos adotados pelo Hospital, que conta com cerca de 400 médicos. As práticas nas UTIs do Hospital Universitário Evangélico seguem rigorosamente os protocolos médicos. Vale destacar que a instituição possui quatro UTIs distintas, sendo elas UTI I, UTI II, UTI Coronariana e UTI Neonatal, e que atenderam em 2012 um total de 18481 pacientes”.

O hospital lembra que foram abertas três sindicâncias para averiguar os fatos — uma sindicância do próprio Hospital, formada por uma equipe multidisciplinar qualificada, outra sindicância da Secretaria Municipal de Saúde e sindicância do

Conselho Regional de Medicina (CRM).

Nesta semana a Polícia Científica entregou ao Ministério Público um relatório sobre mais de 300 óbitos ocorridos entre 2006 e fevereiro deste ano na UTI alvo de investigação. O simples fato de divulgar tais dados levantaram suspeitas sobre como estas mortes ocorreram. Por isso, a direção do Evangélico divulgou a nota, reafirmando que a instituição tem 53 anos de história e prestação de serviços de saúde à população em seus 615 leitos, sendo, deste total, 512 exclusivos para atendimento aos pacientes do SUS, assistidos por profissionais altamente capacitados de 36 diferentes especialidades, que não devem ser julgados por um fato isolado.

“O Evangélico continua prestando atendimento normal em todos os setores, recebendo pacientes de Curitiba e outros municípios, mantendo a qualidade dos serviços e integral respeito aos pacientes. Acima de tudo, a instituição prioriza a transparência dos fatos, não se omitindo na prestação de quaisquer esclarecimentos e colaboração nas investigações”, conclui a nota.

Balanco

A prefeitura de Curitiba divulgou ontem balanço na qual aponta como destaque dos primeiros cem dias de gestão Gustavo Fruet (PDT) “o início da reestruturação da saúde, redução de gastos, retomada de obras e a valorização do servidor público”. Segundo o texto, nesse período, “a Prefeitura também concentrou-se na busca de soluções para dívidas acumuladas” e promoveu uma abertura “para a participação da população na discussão de temas de interesse público”. A nova administração alega ainda ter se deparado “com uma situação inédita na cidade”: um total de R\$ 571 milhões em dívidas deixadas pela gestão anterior, “dos quais quase R\$ 403 milhões sem empenho ou previsão orçamentária”. Para solucionar o problema, Fruet solicitou à Câmara um crédito adicional especial de R\$ 63,7 milhões, já aprovado, e prepara outros dois pedidos do gênero. Paralelamente, reavaliou contratos e “começou a colocar em prática o plano de governo”.

Terceirização

Apesar do texto dizer que “a apresentação de um balanço dos 100 primeiros dias de gestão é um compromisso assumido pelo prefeito (...) no dia de sua posse, em 1º de janeiro”, estranhamente Fruet preferiu não convocar uma entrevista coletiva para divulgar esses dados ou detalhar a situação que encontrou. Também não quis apresentar pessoalmente o relatório que será entregue ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, preferindo encarregar à procuradoria do município de realizar essa tarefa. O procurador geral do município de Curitiba, Joel Macedo Neto, faz a entrega hoje ao procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia.

11 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

Justiça suspende licitação do Maracanã

A juíza Roseli Nalin, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, decidiu na noite desta quarta-feira suspender o processo de licitação para concessão do estádio do Maracanã à iniciativa privada. “A necessidade de maior detalhamento de todos os elementos que constituem o Edital de Licitação (*Estudo, Projetos e demais documentos*) tem por premissa a existência de evidente conflito de interesses na hipótese de participação do particular que tenha elaborado os estudos em certame com evidente potencial competitivo reduzido”, afirmou a juíza na sentença. “A absoluta carência de detalhamento dos estudos e a precariedade dos Projetos apresentados pelo Estado, conjugados com a utilização do procedimento do MIP, importa, inesoravelmente, em violação do dever jurídico de conduta transparente, isonômica e com ampla publicidade, o que importa, ao menos heste juízo inicial, em ilegalidade no Edital ora impugnado”, continuou.

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) havia entrado com uma ação civil pública que pedia a anulação do processo de concessão do Maracanã à iniciativa privada, a suspensão da demolição das estruturas do entorno do estádio - notadamente o estádio de atletismo Célio de Barros e o parque aquático Júlio Delamare - e que essas estruturas sejam mantidas em funcionamento. O MPRJ também aponta que existem muitos indícios de que toda o processo foi conduzido com o intuito de favorecer uma empresa. No caso, a IMX, do bilionário Eike Batista.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Reunião sobre cemitério

A 4ª Promotoria de Justiça de São José dos Pinhais realiza, hoje, às 14 horas, uma reunião coletiva sobre o caso de um cemitério no município. O atendimento será na sede da Promotoria (Rua Paulino de Siqueira Cortes, 2145, bairro São Pedro) e não é necessário realizar agendamento prévio. O promotor de Justiça Willian Lira de Souza recebeu, na Promotoria, denúncias de pessoas que alegam que os corpos de seus familiares, enterrados no local, foram retirados de terreno pago para que outros corpos fossem colocados no mesmo local. Cidadãos que se sentiram lesados em contratos firmados com o referido Cemitério devem comparecer na Promotoria nesta quinta, portando Contrato de Compra do Lote e a Certidão de Óbito do familiar.

ELEIÇÕES 2014

Tribunal abre consulta sobre regras

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, abriu ontem o processo de consulta aos partidos políticos para elaboração das normas que regerão o processo eleitoral do próximo ano. Para isso, reuniu-se com representantes de 26 legendas, além dos presidentes da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). O ministro do TSE Antonio Dias Toffoli, designado para ser o relator das instruções normativas, também participou do encontro.

“O TSE tem a atribuição legal de elaborar as resoluções e, para deflagrar esse processo, convidamos os protagonistas da democracia representativa, que são os partidos políticos”, disse a ministra Cármen Lúcia, em entrevista coletiva após a reunião.

Ela lembrou que o relator deverá ouvir, em audiência pública, os delegados ou representantes dos partidos políticos a respeito de cada proposta de resolução. Em seguida, o plenário deverá aprovar as instruções para que elas se tornem resoluções e possam regulamentar as eleições.

“É um processo para que possamos ouvir as preocupações, uma vez que a atividade do TSE é abaixo da lei, ou seja, nós atuamos pormenorizando como são as práticas a serem adotadas no processo eleitoral do ano que vem”, explicou.

Perguntada sobre a reação dos representantes de partidos políticos que participaram do encontro diante da decisão do TSE de alterar a representação dos estados na Câmara dos Deputados, a ministra disse que o assunto não foi discutido na reunião.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Sérgio Souza rebate críticas de Joaquim Barbosa à criação de tribunais federais

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) rebateu em Plenário, nesta terça-feira (9), críticas do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, divulgadas pela imprensa, sobre a decisão recente do Congresso Nacional de criar quatro tribunais regionais federais no Brasil.

Sérgio Souza disse que Joaquim Barbosa cometeu um equívoco quando estimou em R\$ 8 bilhões o custo anual dos quatro novos tribunais.

Estas informações foram dadas de maneira equivocada. Estou aqui fazendo um alerta ao presidente do STF para que consulte sua assessoria e analise esses dados — disse o senador.

Citando dados da Lei Orçamentária de 2013, Sérgio Souza esclareceu que nem mesmo o custo total anual de toda a Justiça Federal brasileira, de primeiro, segundo e terceiro graus atingiria R\$ 8 bilhões, ficando em R\$ 7,7 bilhões. Segundo ele, uma estimativa adequada para o custo de cada um dos novos tribunais seria de apenas R\$ 100 milhões por ano.

Apontando a necessidade de criação de novos tribunais no país, Sérgio Souza lamentou a postura do presidente do STF de tornar pública sua discordância com relação a decisão do Congresso. Para ele, o episódio é indício de falta de harmonia entre os poderes no Brasil.

11 ABR 2013

PANORAMA POLÍTICO

PEC 37

A forte ação detonada agora pelo Ministério Público em doze estados, mega operação conduzida pelo Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, teria mais efeito se não atrelada ao movimento de mobilização contra a PEC 37, que tenta retirar do MP o direito à investigação criminal. Vale o registro, quando se reproduz as palavras do coordenador do Gaeco, que excelentes serviços tem realizado no Paraná, Leonir Battisti.

EM CHOQUE

Para ele a aprovação será uma "tragédia". "Vai impedir investigações especializadas, principalmente contra crimes do colarinho branco e crime organizado". A propósito: o próprio governador Beto Richa assinou o manifesto anti-PEC 37.